



Município da Marinha Grande
Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
19/03/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 06

Aos dezanove dias do mês de março de dois mil e quinze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Álvaro Manuel Marques Pereira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Aurélio Pedro Monteiro Ferreira;
- Carlos Alberto Fernandes Logrado;
- Paulo Jorge Campos Vicente;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 09:35 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objecto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ORDEM DO DIA

1. PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO
2. APROVAÇÃO DA ATA N.º 5, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE MARÇO DE 2015
3. REQ. N. 304/15, DATADO DE 09/03/2015 – PC N.º 33/15, DATADO DE 02/02/2015 – TECNIFREZA-IND. DE MOLDES, S.A
4. REQ. N. 234/15, DATADO DE 23/02/2015 – PC N.º 258/14, DATADO DE 18/07/2014 – ETELINA PELARIGA MARQUES
5. REQ. N. 222/15, DATADO DE 20/02/2015 – PC N.º 375/14, DATADO DE 28/10/2014 – JOSÉ AUGUSTO PIEDADE CARREIRA
6. REQ. N. 213/15, DATADO DE 18/02/2015 – PC N.º 298/11, DATADO DE 01/08/2011 – EUTAMARI - REPARAÇÃO DE MOLDES PARA A INDÚSTRIA, UNIPESSOAL LDA.

7. REQ. N. 1364/14, DATADO DE 15/09/2014 – PC N.º 254/11, DATADO DE 12/07/2011 – ROGÉRIO RAMOS ALMEIDA
8. REQ. N. 124/15, DATADO DE 28/01/2015 – PC N.º 267/09, DATADO DE 04/12/2009 – LUÍS MANUEL ABREU PARREIRA
9. REQ. N. 273/15, DATADO DE 04/03/2015 – PC N.º 336/14, DATADO DE 03/10/2014 – CIDÁLIA LIBERATO DOS SANTOS E JOEL ANTÓNIO GOMES RIBEIRO
10. REQ. N. 142/15, DATADO DE 02/02/2014 – PC N.º 32/15, DATADO DE 02/02/2015 – VANGEST - ENGENHARIA FINANCEIRA E GESTÃO, S.A.
11. REQ. N. 323/15, DATADO DE 12/03/2015 – PC N.º 70/15 , DATADO DE 12/03/2015 – JOSÉ MANUEL VAZ CINTRA DE CALAZANS DUARTE
12. E/6750/2014 - EXPOSIÇÃO REFERENTE A UMA CASA DEGRADADA, COM EVENTUAL PERIGO PARA A SAÚDE PÚBLICA – NOTIFICAÇÃO DO RESULTADO DE VISTORIA PARA VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA, HIGIENE E SALUBRIDADE.
13. REQ. N. 62/13, DATADO DE 14/01/2013 – PC N.º 24/12, DATADO DE 25/01/2012 – ALTURA REAL, LDA.
14. REQ. N. 619/13, DATADO DE 24/04/2013 – PC N.º 680/07, DATADO DE 23/11/2007 – OLIVOCHEN – REPRESENTAÇÃO E FABRICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS, LDA.
15. REQ. N. 620/13, DATADO DE 24/04/2013 – PC N.º 729/07, DATADO DE 27/12/2007 – OLIVOCHEN – REPRESENTAÇÃO E FABRICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS, LDA.
16. REQ. N.º 258/15, DATADO DE 02/03/2015 – PC N.º 174/08, DATADO DE 07/05/2008 – MARCO ANTÓNIO DUARTE ALVES LARANJEIRA
17. REQ. N.º 258/15, DATADO DE 02/03/2015 – PC N.º 174/08, DATADO DE 07/05/2008 – MARCO ANTÓNIO DUARTE ALVES LARANJEIRA
18. REQ. N. 1319/13, DATADO DE 26/08/2013 – PC N.º 112/12, DATADO DE 16/04/2012 – MARIA JOÃO MOLEIRINHO MENDES BATISTA
19. REQ. N. 337/15, DATADO DE 16/03/2013 – PC N.º 112/12, DATADO DE 16/04/2012 – MARIA JOÃO MOLEIRINHO MENDES BATISTA

20. E/6498/2013 - JÚLIO LETRA TOMAZ - RETIFICAÇÃO DE ÁREA DE PRÉDIO - DELIBERAÇÃO FINAL
21. PROCESSO DE LICENCIAMENTO MUNICIPAL N.º 254/10 - REQUERENTES: TIMOTHY ALEXANDER TACCHI E BETINA KUNZL TACCHI - PROPOSTA DE DECLARAÇÃO DE NULIDADE – AUDIÊNCIA PRÉVIA
22. PROCESSO DE INQUÉRITO N.º 1/DJ/2014.
23. PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO E APOIO FINANCEIRO A CELEBRAR COM A ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DA MARINHA GRANDE.
24. PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO E APOIO FINANCEIRO A CELEBRAR COM A ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE VIEIRA DE LEIRIA.
25. PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS CAUSADOS EM VIATURA AUTOMÓVEL – TRAVESSA DOS PIMENTAS NORTE, PEDREANES – RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO DEPOSITADOS NA FAIXA DE RODAGEM - REQUERENTE: NUNO PAULO FRUTUOSO LOPES – PROPOSTA DE INDEFERIMENTO - AUDIÊNCIA PRÉVIA.
26. ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS
27. ALARGAMENTO DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO ESTABELECIMENTO DE RESTAURAÇÃO E BEBIDAS DENOMINADO “OCEANO BAR”
28. P.A. N.º 1/2015- AP/DISU - *“FORNECIMENTO DE ELETRICIDADE EM BAIXA TENSÃO NORMAL PARA A TOTALIDADE DAS INSTALAÇÕES MUNICIPAIS, INCLUINDO ILUMINAÇÃO PÚBLICA, PARA O PERÍODO DE 04/05/2015 A 03/05/2016”*. NÃO ADJUDICAÇÃO
29. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DE *“SETE ESPETÁCULOS DE MÚSICA A REALIZAR NA CASA DA CULTURA TEATRO STEPHENS, NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE ABRIL DE 2015 E ABRIL DE 2016”*, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 12 DO ARTIGO 75º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015
30. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE *“INSPEÇÃO E MANUTENÇÃO DE GARRAFAS DE CLORO PARA DIVERSAS ESTAÇÕES DE CLORAGEM PARA O ANO 2015”*, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 5 DO ARTIGO 75º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015

31. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE DIVERSOS SERVIÇOS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 5 DO ARTIGO 75.º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.
32. PROPOSTA ALTERAÇÃO DE PREÇOS DE BENS MÓVEIS PARA VENDA NOS MUSEUS MUNICIPAIS
33. PROPOSTA DE FIXAÇÃO DE PREÇOS DE BENS MÓVEIS PARA VENDA NOS MUSEUS MUNICIPAIS
34. ISENÇÃO DE TAXAS DE INGRESSO NOS MUSEUS MUNICIPAIS – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARINHA GRANDE POENTE
35. REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO CAMARÁRIA Nº 86, DATADA DE 05 DE FEVEREIRO DE 2015, RELATIVA A “ATUALIZAÇÃO DE RENDAS REFERENTES À PRACETA DA LIBERDADE E RUA JÚLIO BRAGA BARROS, AS QUAIS SE ENCONTRAM SOB O REGIME DE RENDA APOIADA, COM ENTRADA EM VIGOR A 01 DE MARÇO DE 2015”
36. CORREÇÃO DO VALOR DAS RENDAS QUE SE ENCONTRAM SOB O REGIME DE ARRENDAMENTO APOIADO, CUJA ENTRADA EM VIGOR REPORTA A MARÇO DE 2015
37. ATUALIZAÇÃO ANUAL DE RENDAS SOB O REGIME DE ARRENDAMENTO APOIADO PARA ENTRADA EM VIGOR A PARTIR DE ABRIL DE 2015.
38. RESUMO DE TESOURARIA
39. REQ. N. 48/15, DATADO DE 13/01/2015 – PC N.º 15/2015, DATADO DE 13/01/2015 – MARIA DO CASTELO TOSCANO RAMALHO.
40. PROGRAMA DE APOIO AO INVESTIMENTO INDUSTRIAL NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE: 2015
REQUERENTE: PLASTIMAGO-TRANSFORMADORA DE PLÁSTICOS LDA

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

1 - PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO

Nos termos do previsto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 49.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi concedido um período para intervenção e esclarecimento ao público.

Nenhum munícipe se inscreveu para intervir.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente abordou os seguintes assuntos:

- ⇒ Pede as contribuições de todos para o Regulamento de atribuição de medalhas de reconhecimento municipal, que deverão chegar até ao dia 27/03/2015, para que seja apreciado na reunião da Câmara Municipal de 02/04/2015 e remetido à Assembleia Municipal, para aprovação na sessão de abril.
- ⇒ Fez referência ao romance vencedor do Grande Prémio de Romance da Associação Portuguesa de Escritores, da autoria de Ana Margarida de Carvalho, “Que importa a fúria do mar”, centrado em duas épocas, sendo uma delas, os anos de 1930, a partir da revolta dos operários da Marinha Grande.
Como também no campo da literatura a Marinha Grande merece destaque, deixou aqui o desafio para que a autora seja convidada a apresentar a obra premiada no nosso concelho.
- ⇒ Apresentou, e submeteu a votação, os seguintes votos de louvor:

“VOTO DE LOUVOR – André Barros

O compositor e pianista marinhense André Barros foi distinguido com o prémio de melhor banda sonora produzida para o filme “Our Father”, atribuído pelo Los Angeles Independent Film Festival Awards, no passado fim-de-semana, nos Estados Unidos da América.

O filme recebeu ainda os prémios para melhor realização (Linda Palmer), melhor ator (Michael Gross) e melhor ator secundário (Michael Worth).

André Barros atuou em outubro de 2014 na Casa da Cultura Teatro Stephens, a convite desta Câmara Municipal, na sessão de encerramento do Design Center.

Neste momento que a todos enche de orgulho pela afirmação internacional de um compositor marinhense, que esperamos voltar a ver atuar no Teatro Stephens, a Câmara Municipal não pode deixar de registar a honra e o prestígio que representam esta consagração do André Barros.

Assim, a Câmara Municipal delibera aprovar um VOTO DE LOUVOR ao compositor André Barros pela distinção obtida num relevante Festival internacional de cinema."

Este voto de louvor foi aprovado por unanimidade e aclamação.

"VOTO DE LOUVOR – Nuno Saraiva

O atleta marinhense Nuno Saraiva conquistou a medalha de ouro, no Torneio de - 66 kg do Open de Casablanca em judo, realizado no dia 14 de março de 2015.

Mais uma vitória que o Nuno Saraiva acrescenta ao palmarés bastante rico que tem vindo a construir e que muito honra a Marinha Grande, terra onde começou a sua formação de judoca.

Também no desporto a Marinha Grande é uma referência: um atleta formado no Clube de Judo da Marinha Grande, e que atualmente integra a equipa do Benfica, é hoje um dos mais promissores judocas portugueses.

Nestes termos, a Câmara Municipal delibera aprovar um VOTO DE LOUVOR ao atleta Nuno saraiva pela vitória obtida no Open de Casablanca."

Este voto de louvor foi aprovado por unanimidade e aclamação.

O Sr. Vereador António Santos cumprimentou todos os presentes e abordou os seguintes assuntos:

- ⇒ Apoia os votos de louvor apresentados pelo Sr. Presidente;
- ⇒ Fez referência à aluna marinhense Maria Miguel Carlos;
- ⇒ Disse que leu um artigo do Assessor do Sr. Presidente da Câmara, Dr. Nelson Araújo, sobre a requalificação do centro tradicional, que lhe apraz registar e com o qual está de acordo, pois ele próprio, há mais de cinco anos que vem referindo este assunto na Câmara. Considera que o centro da cidade é como um coração, que se não estiver vivo não funciona.
Tal e qual como os pinhais têm de ser limpos pelos proprietários, os donos dos prédios, no centro histórico, têm de zelar pelas suas propriedades. Se não o fizerem tem de ser penalizados. Compete à CMMG fazer a gestão deste processo.

Espera que as palavras proferidas pelo Assessor do Presidente, com as quais está em acordo, não sejam simples e mera retórica...

- ⇒ Congratulou-se pelo facto de finalmente ter sido colocada a sinalética dos passeios pedestres de Vieira de Leiria, pelo que o “Região de Leiria”, que há algum tempo fez um artigo sobre este assunto, agora já poderá mencionar estes percursos. Deu os parabéns a quem o fez, quer tenha sido da iniciativa da Câmara ou não.

O Sr. Vereador Carlos Logrado cumprimentou todos os presentes e informou que vai fazer uma intervenção sobre a política concelhia e entregar um requerimento.

- ⇒ Disse que lhe apraz registar que a ação governativa deste mandato é melhor que a dos mandatos anteriores, só que ainda não é visível. Há boas iniciativas mas ainda falta melhorar a participação dos munícipes.

O +Concelho tem visto cumpridas muitas das suas propostas, está feliz por isso, e continuarão a contribuir, pois ainda têm muitas mais propostas.

Sobre a atuação PS/CDU: o Vereador Paulo Vicente tem uma atuação boa, de qualidade, e está no bom caminho. O Presidente da Câmara deu nos últimos tempos indicações que lhe têm agradado. Os Vereadores do PCP estavam a ter mais destaque e o Presidente da Câmara conseguiu fazer notar que quem manda aqui é o PS, dando indicação de uma ação de coragem.

Relativamente aos dois Vereadores do PCP são os que têm produzido menos e pior, ainda que façam sentir o contrário.

Considera que o Presidente teve uma jogada de mestre e de capacidade de encaixe, ao ir buscar como Adjunto alguém que no passado lhe deu “forte e feio”. O Presidente é um pouco cinzento, e o Adjunto não, é colorido. O Presidente tem alguma dificuldade de se relacionar com os desconhecidos, o Adjunto é o contrário, procura a proximidade, tal como foi visível nas comemorações do dia da cidade. Como entende que a vida é a busca da felicidade, considera que o Adjunto tem as características necessárias para esta tarefa. Havia um défice de comunicação, que agora foi colmatado. Ao ir buscar um homem da comunicação o Presidente pôs os Vereadores do PCP no seu lugar.

Sobre os Vereadores do PCP: desiludiram-no. O Vereador Vítor é honrado, competente, mas no “*modus operandi*” preocupa-se mais com as próximas eleições. Em dezembro pediu-lhe informação com o número de habitações sociais devolutas no concelho, ainda não tem resposta. Concorde com o lançamento do concurso de poesia, mas a pessoa que mais sabe sobre o assunto, a marinhense Cristina Nobre, só ontem foi convidada, e por uma associação a quem foi comprada a organização, e que é de fora do concelho. O mesmo sucede com o programa das festas do concelho, é tudo comprado fora. Referiu ainda o ofício enviado ao Clube dos Músicos da Marinha Grande, a lamentar a falta de atribuição de subsídio, apesar de a candidatura ter sido seleccionada e o subsídio prometido.

O **Sr. Presidente** interrompeu, chamando a atenção do Sr. Vereador para o facto de ter esgotado largamente o tempo previsto para a sua intervenção.

O **Sr. Vereador** disse que ia terminar, e que continuará a sua apreciação na próxima reunião.

Disse que vai enviar para o Sr. Presidente, via e-mail, o requerimento que anunciou, cujo conteúdo é o seguinte:

“Requerimento

- 1- Para quando o concurso público do Café da Praia?*
- 2- Aparentemente os meninos da Escola Guilherme Stephens vão, no inverno, de manta para a escola.*
 - a. O que se passa com o aquecimento da mesma?*
 - b. A solução é da responsabilidade da CMMG?*
 - c. Em que medida pode a CMMG ajudar?*
- 3- Inúmeros Municípios queixam-se do elevado valor dos terrenos no cemitério de Casal Galego, aproximadamente 1000€.*
 - a. Não será excessivo?*
- 4- Qual o desfecho do processo dos subsídios ao “Novo Olhar II”?*
- 5- Concurso de poesia “Afonso Lopes Vieira”;*
 - a. Que protocolo foi estabelecido com a “Preguiça Magazine”?*
 - b. Quais os princípios que nortearam a escolha da “Preguiça Magazine”?*
 - c. Que objectivos se pretendem atingir com este protocolo?*
 - d. Que custos tem para o Município este protocolo?*
 - e. Porque foi escolhido uma entidade com sede exterior ao concelho em detrimento de entidades concelhias, nomeadamente o grupo JMG?*
 - f. Foram estabelecidos contactos com entidades concelhias?*
- 6- Linha roxa da TUMG;*
 - a. Aparentemente as alterações ao percurso não o melhorou. As opiniões dos municípios são esmagadoramente nesse sentido (ver intervenções nas redes sociais).*
- 7- O apoio financeiro ao Clube dos Músicos, aprovado em 2014, não foi pago por, alegadamente, não existir disponibilidade financeira da CMMG.*
 - a. Não é incorrecto criar expectativas junto das associações, dando-lhes indicações de que os apoios estão aprovados e exigindo-lhes toda a panóplia de documentos legalmente exigidos antes de lhes entregar o cheque, para posteriormente lhes comunicar, oficialmente, que a CMMG não tem disponibilidade financeira para honrar o seu compromisso (ver cópia da carta da CMMG onde se comunica a indisponibilidade financeira)?*

- b. É ou não verdade que o vereador responsável pelo pelouro, Dr. Vítor Pereira, disse ao Ex-Presidente do Clube dos Músicos, Sr. Gilberto Reis, algo do género "...Já tenho lá o cheque do apoio camarário...", como é afirmado pelo Ex-Presidente do Clube.*
- c. É ou não justa a reposição deste merecido apoio? Como pode ser compensada esta injustiça?*

8- A limpeza da Rua das Rosas Silvestres é deficiente e existem queixas sistemáticas dos munícipes, sendo que este problema não afeta ruas contíguas.

- a. Quem é responsável pela limpeza da rua? A CMMG ou a Junta de Freguesia?*

9- Quando é acabada a construção do jardim sito na confluência das ruas do Cartaxo e da Azinheira (antiga rua 4), com reposição das placas identificativas do jardim e das ruas?

10- Edifício da Resinagem:

- a. O GAM não está identificado e os munícipes perdem-se no edifício. Quando se resolve este problema?*
- b. O sistema de senhas de ordem de atendimento está a "granel" e sem identificação duradoura há muito tempo. Quando se resolve este problema?*

11- Solicitei ao vereador do Pelouro, Dr. Vítor Pereira, informações detalhadas sobre o parque habitacional social da CMMG, em Dezembro de 2014. Recebi apenas a informação que a CMMG tem 20 casas devolutas que não podem ser entregues a munícipes com necessidades habitacionais, porque necessitam de obras.

- a. Quando terei a resposta solicitada?"*

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira cumprimentou todos os presentes e abordou os seguintes assuntos:

- ⇒ Porque hoje é o Dia do Pai, deixou uma saudação a todos os pais.
- ⇒ Disse que concorda com os votos de louvor apresentados pelo Sr. Presidente, que vêm na senda daquilo que tem vindo a fazer.
- ⇒ Felicitou o músico marinhense André Barros, por ter ganho o Prémio de Melhor Banda Sonora Original do festival de cinema independente de Los Angeles, pela banda sonora que compôs para a curta-metragem Our Father.
- ⇒ Felicitou o judoca marinhense Nuno Saraiva, pela medalha de ouro no African Open Casablanca, realizado no fim-de-semana passado. Ganhou todos os 5 combates por ippon e com os pontos alcançados subiu do 115.º lugar para a 73.ª no ranking mundial.

- ⇒ Pretende saber o que se passa no lago do Parque Mártires do Colonialismo, onde durante toda a semana se viu espuma submersa nas águas. Quais as consequências desta situação? Aproveitou para questionar quando estará aberto o salão de chá.
- ⇒ Foi abordado por vários munícipes sobre o espólio do Eng.º Brandão. Ao que se sabe todo o espólio foi entregue à Câmara. Agora que dispomos de espaços de cultura requalificados seria uma boa oportunidade para mostrar este espólio aos marinhenses.
- ⇒ Referiu que ele próprio, embora sem qualquer responsabilidade, começa a ficar envergonhado com a ausência de respostas aos munícipes, voltando a questionar se o processo do munícipe Miguel André, o Murillo, já está resolvido.
O **Sr. Presidente** disse que sim e que já dará mais informações.
- ⇒ Sobre a Zona Industrial da Marinha Pequena disse o seguinte:
“Todos sabemos que a Marinha Grande cresceu em termos industriais, criando empresas em zonas que não estavam infra-estruturadas. Um dos casos mais relevantes é o da Marinha Pequena, onde hoje está implantada uma zona industrial, que vai desde a Pedrulheira, Albergaria e Pero Neto. Esta zona industrial, com dezenas de empresas essencialmente exportadores, algumas das mais importantes da nossa terra, com visitas regulares de clientes estrangeiros e um centro de inspecções de carros, é frequentada por milhares de pessoas, carros e os camiões, o que gera grandes fluxos de acesso à actividade industrial. É atravessada pela Rua da Indústria que lamentavelmente serpenteia entre as empresas com curvas surreais, num pavimento muito pouco digno e sem infra-estruturas de saneamento. As empresas pagam contribuições autárquicas e gastam milhares de euros para limpar fossas. Se quiserem crescer têm de fazer os seus acessos e trazerem água e saneamento, substituindo-se à Câmara em trabalhos que deviam ser da sua obrigação, sobretudo numa Câmara preocupada no desenvolvimento da actividade económica.
A minha questão sobre isto é clara: “para quando as infra-estruturas na zona industrial da Marinha Pequena incluindo o alinhamento e a requalificação da Rua da Indústria, de modo a minimizar estes custos e sobretudo evitar que a Câmara, ao abrigo do RJUE, indefira projectos de licenciamento de criação ou alargamento de unidades industriais, como hoje acontece num dos pontos da ordem de trabalho?”. Não esquecer que esta é a melhor forma de criar postos de trabalho e reduzir o desemprego.”
- ⇒ Sobre o CMJ – Conselho Municipal da Juventude disse o seguinte:
“Em Fevereiro de 2009 foi publicada a lei da criação dos CMJ. Apenas em 31 de Julho de 2014, foi aprovado em reunião de camara o regulamento do CMJ da Marinha Grande, onde nós dissemos que achávamos que o regulamento devia vir acompanhado duma nota justificativa e enquadradora da política deste executivo

para a juventude. Demos até alguns exemplos do que devia ter sido feito. Na altura o vereador Vítor Pereira deixou em acta que "... é essencial que se apurem, de forma participada, quais os problemas e aspirações dos próprios jovens, envolvendo-os activamente na busca das soluções mais adequadas à sua resolução e à satisfação das suas legítimas expectativas".

Em 20 de Novembro de 2014, o MpM foi convocado para uma reunião com o intuito de "constituir / implementar o Conselho Municipal da Juventude da Marinha Grande". Como era para constituir o CMJ, e não estava expresso quem devia estar presente pelo MpM, apresentei-me eu e a Dr. Ana Alves Monteiro. Relembro que o Sr. Presidente e o vereador Vítor Pereira para além de então explicarem que a intenção era que a reunião fosse feita já com os jovens, fizeram alguma chacota dizendo que nós não eramos jovens e até disseram uma graçola afirmando que o "MpM não tinha jovens e portanto estaríamos ali apenas nós mais velhos". No entanto, não houve reunião por falta de quórum, dado que não estava nenhum jovem representante de associação de estudantes ou juvenis, nem todos os representantes das juntas de freguesia.

Na reunião passada, todos os vereadores receberam um envelope com a convocatória para a reunião a 10 de Março às 17h, onde é expressamente referido que se dirige aos jovens com idade igual ou inferior a 30 anos, e o MpM apresentou a sua representante, a Eng.ª Vanessa Rocha. Sobre o assunto coloco várias questões:

- a) Qual a razão para marcar uma reunião para as 17h, quando o normal horário de trabalho e das aulas decorre até às 18h? Será que se pretende com este horário, que os jovens tenham de sair mais cedo do seu emprego e os estudantes falem às aulas, como aconteceu?*
- b) Dos representantes das juventudes partidárias só estava o MpM. Quem convocou a reunião foi este executivo PS, CDU. Na AM ouvi o PSD questionar sobre o CMJ. Assim, questiono como é possível não ter estado presente nenhum representante dos partidos. Agora sim, é caso para questionar se existem jovens no PS, CDU, PSD.*
- c) O presidente, que de acordo com o regulamento é quem preside ao CMJ, também não esteve presente. Então convoca uma reunião com os jovens e depois não vai à reunião?*
- d) E como se justifica que os jotas partidários não estivessem numa reunião convocada precisamente pelos seus correligionários mais velhos?*

Estas são algumas das dúvidas que subsistem na análise de todo este processo. Passaram praticamente oito meses desde a aprovação do regulamento e esta é a forma como se pretende pôr o CMJ a funcionar, isto é, ainda no estado inicial, sem nada criado, apenas intenções em papel."

A Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho cumprimentou todos os presentes, disse que iria cumprir o Regimento, respeitando o tempo destinada à sua intervenção, e abordou os seguintes assuntos:

- ⇒ Congratulou-se com as comemorações da elevação da Marinha Grande a cidade. Foi uma grande festa, especialmente das crianças, que são o futuro do País, com grande envolvimento das escolas, agrupamentos, a quem desde já agradece, bem como aos técnicos da Câmara Municipal.
- ⇒ Congratulou-se igualmente com os votos de louvor apresentados, aos quais se associa, e com o facto de se ir criar um regulamento de atribuição de medalhas de mérito, tanto mais que já tinha dado indicações aos serviços para organizar uma grande Gala para atribuição de medalhas.
- ⇒ Dirigiu-se ao Sr. Vereador Carlos Logrado, dizendo-lhe que ele deve andar distraído ou não tem toda a informação, ou então interpreta-a mal. E deu exemplos:
 - O grande encontro sobre saúde, que contou com o enorme apoio da Câmara Municipal, o que fez com que o impacto atingisse a dimensão que atingiu.
 - O concurso de ideias intermunicipal, muito participado e com grande adesão e apoio dos respetivos pelouros da Câmara Municipal.
 - A conferência que se vai realizar no próximo dia 31 de março, no Auditório da Resinagem, no âmbito da cooperação, dirigida aos empresários e que contará com um representante do Governo Moçambicano.Todas estas iniciativas foram diretamente organizadas pela Câmara Municipal, e não foi contratada nenhuma empresa.
- ⇒ Informou que está na forja, no pelouro do Turismo, um projeto denominado “Todos à Praça”, para a dinamização do centro histórico, que alberga uma série de iniciativas, organizadas pela Câmara em parceria com as forças vivas do concelho.
- ⇒ Pediu esclarecimentos sobre a forma como foi resolvido o processo do Murillo.
- ⇒ Sobre a sinalética, pediu o ponto de situação, com uma resposta mais concreta.
- ⇒ Tem conhecimento que na próxima semana estarão feitas as vedações em S. Pedro de Moel, o que é uma boa notícia, porque vêm aí as férias da Páscoa e a afluência de pessoas vai aumentar.
- ⇒ Considera que os artigos do Dr. Nelson são importantes, destacando o artigo sobre a recuperação do comboio de lata, tendo pedido ao Sr. Presidente que acate esta sugestão.

- ⇒ Informou que na reunião do Sr. Presidente com os altos representantes do ICNF foi-lhes apresentado o projeto do Pinhal do Rei e que estes se mostraram entusiasmados, vão apoiar e disponibilizaram-se para protocolar a utilização de duas casas da guarda florestal.
- ⇒ Conforme fica demonstrado os seus pelouros estão bem vivos, contudo o Presidente da Câmara é o Presidente, vai aonde tem que ir, mas não está a abafar o trabalho dos Vereadores da CDU, embora muitas das organizações sejam dos seus pelouros. O projeto é coletivo, de bem servir as populações com iniciativas, não interessando quem colhe os louros, pois não é isso que lhe importa na política.

O Sr. Vereador Vítor Pereira cumprimentou todos os presentes, e referiu o seguinte:

- ⇒ Saudou uma vez mais o regresso do Sr. Vereador Carlos Logrado, que de vez em quando está presente. Pensa que a sua permanência por outras paragens lhe está a fazer mal, e só fica envergonhado com aquilo que disse, uma vez que as apreciações que fez não contribuem para nada, para além do apontamento humorístico.
- ⇒ Sobre as críticas que lhe fez, relativamente às 20 casas devolutas, informou que está a tentar recuperá-las com o Vereador Paulo Vicente.
- ⇒ Sobre a Gala Remix esclareceu que o convite à Dr.^a Cristina Nobre não foi feito ontem.
- ⇒ Relativamente ao cheque para pagamento do subsídio, referiu que aquilo que o Vereador Logrado disse é mentira, pois o que está no ofício não é o que o Vereador mencionou.
- ⇒ Sobre as questões colocadas pelo Sr. Vereador Aurélio informou o seguinte:
 - Espólio do Eng.^o Brandão – desconhece onde está, e o que sabe é aquilo que está na Câmara, que é a coleção de selos. Sobre o resto não sabe, poderá estar na posse da família, pelo que vai tentar saber, pois tem conhecimento que ele tinha muitas coisas valiosas, nomeadamente filmes.
 - Conselho Municipal da Juventude – não é verdade que só esteve na reunião o representante do MpM, porque também esteve o representante do PS. O representante da CDU não esteve mas justificou a ausência. A hora da reunião foi proposta pelos jovens que estavam presentes, chegando-se depois à conclusão que deveria ter sido marcada para mais tarde, o que irá acontecer com a marcação da próxima reunião. Apelou a que estejam todos presentes, porque sem jovens não há Conselho Municipal da Juventude, e têm sido feitos todos os esforços junto dos jovens para resolver a situação.

⇒ Realçou as seguintes iniciativas:

- Corta-mato escolar;
- Lançamento de livro;
- Festa da Primavera, na Escola do Engenho;
- Inauguração da sede da Associação dos Amigos do Comboio de Lata;
- Inauguração da exposição da Finlândia;
- Gala Remix;
- Desfile de clássicos, do Clube Automóvel da Marinha Grande.

⇒ O desenvolvimento do trabalho dos seus pelouros vai sendo feito da melhor maneira possível, e as contribuições que vêm deveriam ser mais positivas. Não tem qualquer problema com a crítica, é um bom princípio para melhorar o trabalho, mas não contam consigo para as revistas cor-de-rosa, pois deve ser dada seriedade ao trabalho.

O Sr. Vereador Paulo Vicente cumprimentou todos os presentes, e respondeu o seguinte:

⇒ Passeios pedestres de Vieira de Leiria – é um projeto do mandato anterior, que sustentou os financiamentos comunitários para a Ponte das Tercenas, na parceria da CMMG e da APA. Há pela primeira vez passeios pedestres homologados, é obra da sua responsabilidade por causa da candidatura, mas houve também colaboração dos serviços da Câmara. Vão ser vistoriados e vai haver uma brochura com um resumo histórico e antropológico do percurso. É financiado pelo QREN mas há também colaboração de muitas outras entidades, nomeadamente da Junta de Freguesia de Vieira de Leiria, do ICNF e de um Antropólogo da Universidade de Aveiro. Informou ainda que está previsto realizar um passeio inaugural.

⇒ Ficou sensibilizado com as palavras do Sr. Vereador Logrado, depois de lhe ter dado tanta “pancada”. Trabalha em colaboração e em transversalidade com os outros pelouros, como é o caso da habitação social em que tudo tem que ser compatibilizado, assim como com as escolas. Também estão lançados os concursos para elaboração dos projetos de alargamento da Zona Industrial da Marinha Grande, alargamento da rede de saneamento e remodelação da rede de águas em alguns lugares. Há divergências, é natural, mas está-se a trabalhar em colaboração com os outros pelouros.

⇒ Parque Mártires – lamenta que o Sr. Vereador não lhe tivesse dito na hora, uma vez que lhe pode telefonar a qualquer hora que seja, pois só soube da situação agora, e é pena, porque a Câmara não tem fiscais na rua em permanência.

⇒ Café do Parque Mártires – já foi adjudicado, estão em obras, não sabendo quando o proprietário pretende abrir.

- ⇒ Sinalética – está a ser tratada pelo designer da Câmara, mas ainda não está tudo pronto.
- ⇒ Gradeamento em S. Pedro – houve dificuldades com o carpinteiro do empreiteiro, mas garantiram-lhe que amanhã o vão colocar, e espera que o tempo permita pintá-lo.
- ⇒ Pavimentação da Rua das Laranjeiras – está prevista para a semana.
- ⇒ Recuperação da habitação social – muitas vezes o problema não é o dinheiro, mas sim o facto de ter que se lançar concurso, fazer projeto, caderno de encargos e programa.
- ⇒ Rua das Andorinhas – informou que o projeto está a ser desenvolvido, tem havido muitas dificuldades, uma vez que das 32 cedências necessárias apenas 14 estão formalizadas, algumas (7) estão apalavradas mas os proprietários ainda não entregaram os documentos, e há 5 propriedades cujos proprietários não se conseguem contactar, pois residem na África do Sul, o que poderá pôr em causa o avanço da obra.

O Sr. Presidente respondeu o seguinte:

- ⇒ O IMI e as contrapartidas estão no regulamento da Câmara.
- ⇒ A ARU está aprovada e está-se a trabalhar de acordo com o previsto.
- ⇒ A sinalética dos passeios pedestres é da Câmara, o projeto foi aqui concebido, e é só por isso que temos a ponte e a ligação do concelho da Marinha Grande ao concelho de Leiria. Tal como sempre tem feito, defende os interesses do concelho da melhor maneira que sabe.
- ⇒ Referiu que o Sr. Vereador Aurélio Ferreira mais uma vez mentiu, porque o Telmo, representante da Juventude do P.S., esteve nas duas reuniões do CMJ. A informação que prestou não é verdadeira, uma vez que não foi só o representante do MpM que esteve presente. O Presidente da Câmara não esteve porque à mesma hora foi-lhe marcada uma reunião onde representou o Município.
- ⇒ Sobre a espuma no lago, pediu para que de futuro seja informado na hora.
- ⇒ Salão de chá – a pessoa que ganhou o concurso está em obras.

- ⇒ Murillo – tal como já informou nesta reunião, o processo está resolvido e não tinha que vir à Câmara, e julga que nesta altura o interessado já terá recebido a resposta. Na próxima reunião trará o processo.
- ⇒ Espólio do Eng.º Brandão – sabe que ele deu a coleção de selos, todos os outros artigos que ele tinha não sabe onde estarão, mas vai falar com a filha mais velha, que conhece, para tentar saber.
- ⇒ Sobre o projecto da Vangest, informou que vem hoje à Câmara para indeferir porque assim tem que ser, mas os requerentes têm interesse em avançar com ele. Aquela zona estará contemplada e definida na revisão do PDM que está em curso. A Rua da Indústria merece um outro pavimento, e irá lutar para que possa ser contemplado no próximo ano, mas há problemas com alguns dos proprietários. Lamentou que tenha sido referido este processo mas não tenha sido dito que hoje vai ser aprovado um incentivo a uma empresa, na mesma zona, com as reduções de taxas inerentes e que vão ser muito menores do que noutros concelhos.

A Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho pediu para intervir, referindo o seguinte:

- ⇒ Semana da Educação – vai decorrer de 5 a 10 de maio de 2015, está em preparação, em colaboração com os Agrupamentos.
- ⇒ Propôs que, de 2 em 2 meses, a Câmara Municipal reúna em Vieira de Leiria, atendendo o público da freguesia e fazendo lá o período de antes da ordem do dia. O período destinado ao intervalo seria para fazer o percurso de regresso, continuando a reunião e o cumprimento de toda a ordem do dia no edifício da Câmara Municipal. Anunciou que ela própria irá começar a ir a Vieira de Leiria atender os munícipes que pretendam falar consigo.

O Sr. Vereador Vítor Pereira sublinhou que é bom retificar a questão do CMJ e que o artigo Editorial do “Jornal da Marinha Grande” seja corrigido.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira pediu ao Sr. Presidente para não marcar reuniões e convidar as pessoas e depois não aparecer.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Depois de terminado o período de antes da ordem do dia, o Sr. Presidente interrompeu a reunião, para um breve intervalo, que decorreu das 10:50 horas às 11:00 horas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 19/03/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 06

2 - APROVAÇÃO DA ATA N.º 5, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE MARÇO DE 2015

166 - Presente a ata n.º 5, da reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 05 de março de 2015, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

3 - REQ. N. 304/15, DATADO DE 09/03/2015 – PC N.º 33/15, DATADO DE 02/02/2015 – TECNIFREZA-IND. DE MOLDES, S.A

167 - Presente pedido com o registo n.º 304/15, datado de 09/03/2015 relativo a **pedido de informação prévia de ampliação de unidade industrial**, localizada na estrada do Guilherme, Casal da Lebre, Amieirinha, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 908 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19562, da freguesia e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo n.º 33/15, com data de entrada de 02/02/2015, apresentado por **Tecnifreza-Ind. de Moldes, S.A.**, com o NIPC 502 151 200, com sede na estrada do Guilherme, n.º 119, Casal da Lebre, Amieirinha, Marinha Grande, freguesia e concelho da Marinha Grande; Presente informação técnica, datada de 16/03/2015, que refere ser viável a ampliação pretendida, por se verificarem estarem cumpridas as normas legais e regulamentares para tal operação.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

INFORMAR, nos termos do artigo 16.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 30 de março, ser viável a ampliação da unidade industrial, localizada na estrada do Guilherme, Casal da Lebre, Amieirinha, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 908 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19562, da freguesia e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo n.º 33/15, com data de entrada de 02/02/2015, apresentado por Tecnifreza-Ind. de Moldes, S.A., com o NIPC 502 151 200, com sede na estrada do Guilherme, n.º 119, Casal da Lebre, Amieirinha, Marinha Grande, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Mais delibera informar o requerente que a proposta contempla características que a enquadram no âmbito das operações urbanística de dimensão relevante, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 27º do Regulamento Municipal

da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), por apresentar uma área de construção superior a 1.000 m², estando neste contexto sujeita às cedências e compensações previstas no artigo 44.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

4 - REQ. N. 234/15, DATADO DE 23/02/2015 – PC N.º 258/14, DATADO DE 18/07/2014 – ETELVINA PELARIGA MARQUES

168 - Presente requerimento n.º 234/15, datado de 2015/03/23, constante do processo camarário n.º 258/14, subscrito por ETELVINA PELARIGA MARQUES, com o NIF 161467571, residente na Rua de Santo António de Platina, n.º 33, lugar de Talhões, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da “*Alteração e ampliação de moradia unifamiliar*” existente, incidente sobre um prédio urbano, sito na Rua Litoral Oeste, n.º 3, lugar de Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 6.460, e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo número 2.241.

Presente parecer técnico dos serviços, datado de 2015/03/05, referente aos projetos das especialidades apresentados.

Após a análise do pedido de licenciamento da “*Alteração e ampliação de moradia unifamiliar*” existente, incidente sobre um prédio urbano, sito na Rua Litoral Oeste, n.º 3, lugar de Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 6.460, e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo número 2.241, com o número de processo 258/14, com data de entrada em 2014/07/18, apresentado por ETELVINA PELARIGA MARQUES, com o NIF 161467571, residente na Rua de Santo António de Platina, n.º 33, lugar Talhões da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – DEFERIR o mesmo, com os seguintes condicionalismos:

1. Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.
2. Instalação do recetáculo postal domiciliário efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 6 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 4 de setembro e pela Declaração de retificação n.º 22-E/98, de 30 de novembro.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
19/03/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 06

Mais delibera informar a requerente que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

5 - REQ. N. 222/15, DATADO DE 20/02/2015 – PC N.º 375/14, DATADO DE 28/10/214 – JOSÉ AUGUSTO PIEDADE CARREIRA

169 - Presente pedido de licenciamento (legalização) de obras de alteração e ampliação realizadas na moradia e obras de alteração e ampliação realizadas no anexo, sitos na Rua dos Outeirinhos, n.º 18, lugar de Outeirinhos, freguesia e concelho de Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 3130 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 539, apresentado por **JOSÉ AUGUSTO PIEDADE CARREIRA**, com o NIF 111377420, residente na Rua dos Outeirinhos n.º 18, lugar de Outeirinhos, freguesia e concelho de Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de Câmara Municipal de 2014/11/14;

Presentes projetos das especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, formulados nos termos do n.º 5 do artigo 10º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro;

Presente informação técnica, datada de 2015/02/03, que atesta encontrarem-se os projetos de especialidade apresentados em condições de serem aceites;

Após a análise do pedido de licenciamento (legalização) de obras de alteração e ampliação realizadas na moradia e obras de alteração e ampliação realizadas no anexo, sitos na Rua dos Outeirinhos, n.º 18, lugar de Outeirinhos, freguesia e concelho de Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 3130 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 539, apresentado por **JOSÉ AUGUSTO PIEDADE CARREIRA, com o NIF 111377420, residente na Rua dos Outeirinhos n.º 18, lugar de Outeirinhos, freguesia e concelho de Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de Câmara Municipal de 2014/11/14 e considerando os pareceres técnicos que sobre ele recaíram, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 23º do , DEFERIR o mesmo.**

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2 – Deverá assegurar a instalação do recetáculo postal domiciliário de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 19/03/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 06

de Abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04 de Setembro, e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98.

3- Deverá assegurar a execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.

4 - Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

6 - REQ. N. 213/15, DATADO DE 18/02/2015 – PC N.º 298/11, DATADO DE 01/08/2011 – EUTAMARI - REPARAÇÃO DE MOLDES PARA A INDÚSTRIA, UNIPESSOAL LDA.

170 - Presente pedido com o registo n.º 213/15, datado de 18/02/2015 relativo a licenciamento de alterações ocorridas em obra, titulada pelo alvará de licença de construção n.º 25/13, ao abrigo do artigo 83.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, localizada na Rua da Indústria Metalúrgica, Pedrulheira, Marinha Grande no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 6576. e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19546-P, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 298/11, com data de entrada de 01/08/2011, apresentado por EUTAMARI - REPARAÇÃO DE MOLDES PARA A INDÚSTRIA, UNIPESSOAL LDA., com o NIPC 506 978 850, com sede na Rua 43, n.º 2 B, Trutas, Marinha Grande, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Presente informação técnica, datada de 10/03/2015, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento de alterações ocorridas em obra, titulada pelo alvará de licença de construção n.º 25/13, ao abrigo do artigo 83.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), localizada na Rua da Indústria Metalúrgica, Pedrulheira, Marinha Grande no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 6576. e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19546-P, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 298/11, com data de entrada de 01/08/2011, apresentado por EUTAMARI - REPARAÇÃO DE MOLDES PARA A INDÚSTRIA, UNIPESSOAL LDA., com o NIPC 506 978 850, com sede na Rua 43, n.º 2 B, Trutas, Marinha Grande, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**7 - REQ. N. 1364/14, DATADO DE 15/09/2014 – PC N.º 254/11, DATADO DE 12/07/2011 –
ROGÉRIO RAMOS ALMEIDA**

171 - Presente pedido com o registo n.º 1364/14, datado de 15/09/2014 relativo a licenciamento de obras de alteração para instalação de uma lavandaria, no edifício sito na rua António Lopes de Almeida, n.º 11, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 10212 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 8128, da freguesia e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 254/11, com data de entrada de 12/07/2011, apresentado por **ROGÉRIO RAMOS ALMEIDA**, com o NIF 118 690 833, residente na rua António Lopes de Almeida, n.º 11, freguesia e concelho da Marinha Grande;
Presente informação técnica, datada de 12/03/2015, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a obras de alteração para instalação de uma lavandaria, no edifício sito na rua António Lopes de Almeida, n.º 11, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 10212 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 8128, da freguesia e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 254/11, com data de entrada de 12/07/2011, apresentado por **ROGÉRIO RAMOS ALMEIDA**, com o NIF 118 690 833, residente na rua António Lopes de Almeida, n.º 11, freguesia e concelho da Marinha Grande

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

- 1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**
- 2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.**
- 3 – Deverá assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.**

- 4.- A instalação da atividade pretendida (lavandaria) carece de mera comunicação prévia, a apresentar na Câmara Municipal da Marinha Grande, através do «Balcão do Empreendedor», nos termos do disposto artigo 7º do regime jurídico de acesso e exercício de atividades de comércio, serviços e restauração (RJACSR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro.
- 5.- De acordo com a entidade responsável pelo saneamento integrado dos Municípios do Lis, em que se inclui o concelho da Marinha Grande, as águas residuais descarregadas no sistema de esgotos não poderão conter concentrações superiores, por substância, às indicadas na seguinte tabela:

Valores limite de emissão (VLE) de parâmetros em águas residuais		
Parâmetro	Unidade	VLE
pH	Escala Sorensen	5,5 – 9,5
Temperatura	ºC	30
CBO ₅ (20 ºC)	mg O ₂ /l	500
CQO	mg O ₂ /l	1000
Sólidos suspensos totais (SST)	mg SST/l	1000
Azoto amoniacal	mg N/l	60
Azoto total	mg N/l	90
Cloretos	mg /l	1000
Coliformes fecais	NMP/100 ml	10 ⁸
Condutividade	µS/cm	3000
Fósforo total	mg P/l	20
Óleos e gorduras	mg/l	100
Sulfatos	mg/l	1000

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

8 - REQ. N. 124/15, DATADO DE 28/01/2015 – PC N.º 267/09, DATADO DE 04/12/2009 – LUÍS MANUEL ABREU PARREIRA

172 - Presente requerimento n.º 124/15, datado de 2015/01/28, constante do processo camarário n.º 124/15, subscrito por LUÍS MANUEL ABREU PARREIRA, com o NIF n.º 119200163, com residência na Rua Gente da Vieira, n.º 20, lugar de Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, a solicitar a emissão do Alvará de Obras de Construção, relativo ao licenciamento da *“Legalização da alteração e ampliação de habitação unifamiliar e barracão”*, incidente sobre um prédio urbano sito na

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 19/03/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 06

Rua Gente da Vieira, lugar de Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 2136, e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 4312, contendo em anexo peça gráfica relativa ao projeto de arquitetura anteriormente aprovado.

Presente parecer técnico dos serviços, datado de 2015/02/19, referente à substituição do material anteriormente proposto para a cobertura do barracão a legalizar (telha cerâmica do tipo Lusa de aba e canudo), expresso no condicionalismo referido no ponto 1 da deliberação camarária datada 2014/02/20, por painel do tipo “Sandwich”.

Após análise dos elementos entregues relativos ao licenciamento da “*Legalização da alteração e ampliação de habitação unifamiliar e barracão*”, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua Gente da Vieira, lugar de Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 2136, e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 4312, com o número de processo 267/09, com data de entrada em 2009/12/04, apresentado por LUÍS MANUEL ABREU PARREIRA, com o NIF n.º 119200163, com residência na Rua Gente da Vieira, n.º 20, lugar de Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, e considerando o parecer técnico que sobre eles recaiu, a Câmara Municipal delibera aceitar a solução construtiva apresentada para o material proposto para a cobertura (painel do tipo “Sandwich”) em substituição do anteriormente expresso no condicionalismo referido no ponto 1 da deliberação camarária datada 2014/02/20 (telha cerâmica do tipo Lusa de aba e canudo).

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

9 - REQ. N. 273/15, DATADO DE 04/03/2015 – PC N.º 336/14, DATADO DE 03/10/2014 – CIDÁLIA LIBERATO DOS SANTOS E JOEL ANTÓNIO GOMES RIBEIRO

173 - Presente requerimento n.º 273/15, datado de 2015/03/04, constante do processo camarário n.º 336/14, subscrito por **CIDÁLIA LIBERATO DOS SANTOS**, com o NIF n.º 210093463, residente na Rua da Várzea, n.º 18-C, freguesia e concelho de Marinha Grande, e **JOEL ANTÓNIO GOMES RIBEIRO**, com o NIF n.º 221400532, residente em Travessa da Sede, n.º 14, lugar de Pero Neto, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de “*Construção de uma moradia unifamiliar*”, incidente sobre um prédio urbano, sito na Rua das Laranjeiras, lugar de Pero Neto, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 8.581, e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo número 13.530, da referida freguesia de Marinha Grande.

Presente parecer técnico dos serviços, datado de 2015/03/10, referente aos projetos das especialidades apresentados.

Após a análise do pedido de licenciamento da obra de “*Construção de uma moradia unifamiliar*”, incidente sobre um prédio urbano, sito na Rua das Laranjeiras, lugar de

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 19/03/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 06

Pero Neto, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 8.581, e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo número 13.530, da referida freguesia de Marinha Grande, com o número de processo 336/14, com data de entrada em 2014/10/03, apresentado por CIDÁLIA LIBERATO DOS SANTOS, com o NIF n.º 210093463, residente na Rua da Várzea, n.º 18-C, freguesia e concelho de Marinha Grande, e JOEL ANTÓNIO GOMES RIBEIRO, com o NIF n.º 221400532, residente em Travessa da Sede, n.º 14, lugar de Pero Neto, freguesia e concelho de Marinha Grande, e considerando o parecer técnico que sobre ele recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – DEFERIR o mesmo, com o condicionalismo da execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.

Mais delibera informar o requerente que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

10 - REQ. N. 142/15, DATADO DE 02/02/2014 – PC N.º 32/15, DATADO DE 02/02/2015 – VANGEST - ENGENHARIA FINANCEIRA E GESTÃO, S.A.

174 - Presente pedido com o registo n.º 142/15, datado de 02/02/2015 relativo ao licenciamento de **instalação de uma unidade industrial**, nos prédios registados na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob os n.º 3084 e 19806, respetivamente inscritos na matriz predial rústica sob os artigos n.º 1094 e 11353, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 32/15, com data de entrada de 02/02/2015, apresentado por **VANGEST - ENGENHARIA FINANCEIRA E GESTÃO, S.A.**, com o NIPC 503 536 725, com sede rua de Leiria, n.º 210, Embra, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Presente informação técnica, datada de 16/03/2015, referindo que o terreno em que se situa a unidade industrial em causa não possui infraestruturas de abastecimento de água e de acesso viário, o que constitui motivo para indeferimento ao abrigo do n.º 5 do artigo 24.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, podendo esta posição, nos termos do artigo 25.º do mesmo diploma legal, ser revista e deferido o pedido, caso o requerente, em sede de audiência prévia, se comprometa a realizar os trabalhos necessários ou a assumir os encargos inerentes à sua execução, bem como os encargos de funcionamento das infraestruturas por um período mínimo de 10 anos.

A Câmara Municipal delibera:

Notificar a requerente, VANGEST - ENGENHARIA FINANCEIRA E GESTÃO, S.A., com o NIPC 503 536 725, com sede rua de Leiria, n.º 210, Embra, freguesia e concelho da Marinha Grande, em sede de audiência prévia, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), concedendo-lhe 30 dias, antes de ser tomada a decisão final, para que este refira, por escrito, o que se lhe oferecer sobre a proposta de indeferimento, ao abrigo do n.º 5 do artigo 24.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2015, de 9 de setembro, do seu processo, referente a instalação de uma unidade industrial, nos prédios registados na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob os n.º 3084 e 19806, respetivamente inscritos na matriz predial rústica sob os artigos n.º 1094 e 11353, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 32/15, com data de entrada de 02/02/2015, por ausência de infraestruturas de abastecimento de água e de acesso viário.

Delibera, igualmente, informar que esta posição poderá ser revista se, nos termos do artigo 25.º do RJUE, em sede de audiência prévia, a requerente se comprometa a realizar os trabalhos necessários ou a assumir os encargos inerentes à sua execução, bem como os encargos de funcionamento das infraestruturas por um período mínimo de 10 anos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

11 - REQ. N. 323/15, DATADO DE 12/03/2015 – PC N.º 70/15 , DATADO DE 12/03/2015 – JOSÉ MANUEL VAZ CINTRA DE CALAZANS DUARTE

175 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 323/15, datado de 12/03/2015, apresentado por JOSÉ MANUEL VAZ CINTRA DE CALAZANS DUARTE, com o NIF 121567923, com morada em Praça Eng.º Calazans Duarte, n.º 6, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício cuja construção foi licenciada ao abrigo dos processos de construção n.º 1326 de 1965, n.º 1659 de 1977 e 466 de 1982 e titulados pelo alvarás de licença de Obras n.º 204, emitido em 04/05/1965, n.º 234, emitido em 09/03/1978 e n.º 940, emitido em 22/10/1982, respetivamente .

Presente parecer técnico datado de 13/03/2015, bem como despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria nos termos do previsto na alínea a) do n.º 2 do artigo 64.º do RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 165/2014, de 05/11.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do n.º 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito na Praça Engenheiro Calazans Duarte,

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
19/03/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 06

n.º 6, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de JOSÉ MANUEL VAZ CINTRA DE CALAZANS DUARTE, com o NIF 121567923, com morada em Praça Engº Calazans Duarte, n.º 6, freguesia e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:

- 1) Membros efetivos**
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Carlos Duarte
- 2) Membros suplentes**
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Álvaro Letra

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

12 - E/6750/2014 - EXPOSIÇÃO REFERENTE A UMA CASA DEGRADADA, COM EVENTUAL PERIGO PARA A SAÚDE PÚBLICA – NOTIFICAÇÃO DO RESULTADO DE VISTORIA PARA VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA, HIGIENE E SALUBRIDADE.

176 - Presente requerimento registado sob o n.º E/6750/2014, datado de 19/08/2014, apresentado por **MARIA MANUELA JORGE GOMES JOÃO**, com o NIF 109508629, residente em Rua Manuel Francisco, n.º 1, lugar de Boavista, freguesia e concelho de Marinha Grande, a dar conta da existência de um edifício degradado, confinante com a sua habitação, dentro do qual existe *“bicharada por tudo quanto é canto e muito mato.”*.

Presente Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 19/02/2015, pela qual foi determinada a realização de vistoria prévia ao imóvel em causa, nos termos do previsto no art. 90.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, para verificação das condições que possam, eventualmente, apresentar riscos de segurança, higiene e salubridade, bem como proceder à identificação das adequadas medidas de correção/eliminação de tais riscos e o prazo em que as mesmas devam ser implementadas.

Presente Auto de Vistoria datado de 10/03/2015, referente à vistoria realizada em 04/03/2015, a enquadrar o estado em que se encontra o referido imóvel, no qual é também mencionado que apenas estiveram presentes o Sr. Rui Domingues Gomes, o Sr. Joaquim Manuel Gomes Afonso e a D. Maria Manuela Jorge Gomes João, encontrando-se ausentes os restantes proprietários do imóvel.

Após análise do processo e do auto de vistoria elaborado pela Comissão respetiva, e considerando que a Comissão de Vistorias verificou que o edifício vistoriado se encontra em ruínas e más condições de segurança e salubridade, acarretando sérios riscos para a saúde pública e para a segurança de pessoas e bens, nos termos do disposto no n.º 2 do art. 89.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03, e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09 a Câmara delibera:

Determinar a notificação da execução de medidas imediatas, designadamente:

- 1 – Vedação da frente do prédio ao longo do seu limite confinante com a Rua da Escola Secundária da Boavista, sendo a altura da vedação estabelecida pela altura da cêrcea da edificação existente, por forma a evitar que o mesmo seja devassado, salvaguardando ainda a eventual queda de elementos das fachadas e cobertura para a via pública;
- 2 - Limpeza de lixos e remoção de materiais, entulhos e combustível florestal acumulado no interior e exterior do edifício, criadores de insalubridade e potenciadores de incêndios, para local devidamente adequado:

Notificar os proprietários do imóvel para, no prazo de 15 dias, apresentarem o competente processo de licenciamento tendo em vista a demolição integral do edifício que se encontra em risco de ruir, ao abrigo da alínea f) do n.º 2 do artigo 4.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03, e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09

Mais delibera, ao abrigo dos artigos 100.º e 101.º do Código de Procedimento Administrativo - CP notificar os proprietários do imóvel sito em Rua Escola Secundária da Boavista, n.º 11, lugar de Boavista, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de HERDEIROS DE JOAQUIM GOMES JUNIOR, identificados como Joaquim Manuel Gomes Afonso, residente na Rua da fonte, n.º 30, R/C, Figueira da Foz, Rui Domingues Gomes, residente na Rua da Fonte, n.º 18, Picassinos, Marinha Grande E Idalina Domingues Gomes; MARIA MANUELA JORGE GOMES JOÃO, residente na Rua Manuel Francisco, n.º 1, Boavista, HERDEIROS DE LAURINDA PEREIRA JORGE, com morada na Rua Manuel Francisco, n.º 1, Boavista, Marinha Grande; GEORGINA JORGE GOMES NEVES residente em Mesquita Alta, São Brás de Alportel; FERREIRA & BICA, LDA., com sede na Rua de Cabo Verde, n.º 177, Camarnal, Marinha Grande; HERDEIROS DE LEONEL JORGE GOMES, com morada em Tv do Lameiro, casas Azuis, n.º 3, Marinha Grande, para, no prazo de 10 dias, se pronunciarem, em sede de audiência prévia, por escrito, sobre o conteúdo do auto de vistoria elaborado e as determinações emanadas pela Câmara Municipal em consequência do resultado da vistoria

Delibera, ainda, conceder um prazo de 15 dias para o que sejam executadas as medidas anteriormente mencionadas, o qual se inicia após o término do prazo de 10 dias concedido para audiência prévia.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**13 - REQ. N. 62/13, DATADO DE 14/01/2013 – PC N.º 24/12, DATADO DE 25/01/2012 –
ALTURA REAL, LDA.**

177 - Presente processo de **licenciamento de obra de construção de moradia, muros de vedação, incluindo a demolição de construção no prédio existente**, a que corresponde o processo número 24/12, registado em 2012/01/25, para o prédio sito na Rua Mariana Barosa, lugar de Picassinós, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 1.141 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 11.929, apresentado por **ALTURA REAL, LDA**, com o NIPC 509177514, com sede na Rua Luís de Camões, n.º 1 casa X, lugar, freguesia e concelho de Marinha Grande, aprovado por deliberação final tomada na reunião de 2013/01/24.

Presente informação técnica datada de 2015/03/05, sobre o limite do prazo fixado no n.º 1 do artigo 76º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, automaticamente elevado ao dobro, pelo n.º 3 do artigo 1º do Decreto-Lei n.º 120/2013, de 21/08, para o interessado requerer a emissão do alvará.

A Câmara Municipal analisou a referida informação técnica, datada de 2015/03/05, e:

1- Considerando que a empresa interessada, **ALTURA REAL, LDA**, com o NIPC 509177514, com sede na Rua Luís de Camões, n.º 1 casa X, lugar, freguesia e concelho de Marinha Grande, foi notificada da deliberação final do pedido de **licenciamento de obra de construção de moradia, muros de vedação, incluindo a demolição de construção no prédio existente**, a que foi atribuído o número de processo 24/12, registado em 2012/01/25, tomada em reunião de camarária de 2013/01/24, através do ofício n.º 97/13, de 2013/01/25, rececionado em 2013/01/31;

2- Considerando que sobre a data da notificação desta deliberação o interessado tinha o prazo de um ano para requerer o respetivo alvará de construção ou seja até 2014/02/03, nos termos do n.º 1 do artigo 76º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro;

3- Considerando que o prazo de um ano inicialmente conferido foi automaticamente elevado para o dobro, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 1º do Decreto-Lei n.º 120/2013, de 21/08, com término a 2015/01/31, situação que foi comunicada à empresa titular do processo pelo ofício n.º 143/14, de 2014/02/05, com receção ocorrida 2014/02/19.

4- Considerando que pelo identificado no antecedente n.º 3, a empresa requerente foi ainda informada de que poderia requerer a prorrogação do prazo para requerer a emissão do alvará de construção, nos termos do n.º 2 do artigo 76º do RJUE e que não o fez;

5- Considerando que a interessada tinha até ao dia 2015/02/03 para requerer a emissão do respetivo alvará e que não o fez;

6- Considerando que o decurso desse prazo sem ter sido requerida a emissão do respetivo alvará, tem como consequência a caducidade da licença para a realização da dita operação urbanística nos termos do n.º 2 do artigo 71º do RJUE;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 19/03/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 06

7- Considerando que na presente data se encontram reunidas as condições, impostas por lei para ser declarada a caducidade da licença;

A Câmara Municipal, tendo a intenção de declarar a caducidade da licença concedida através da deliberação camarária tomada na reunião de 24/01/2013, referente ao processo n.º 24/12, registado em 2012/01/25, para construção de moradia, muros de vedação, incluindo a demolição de construção existente, no prédio sito na Rua Mariana Barosa, lugar de Picassinós, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 1.141 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 11.929, delibera, ao abrigo do n.º 2 do artigo 71.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE e artigos 100.º e 101.º do Código de Procedimento Administrativo - CPA, notificar a empresa requerente, ALTURA REAL, LDA, com o NIPC 509177514, com sede na Rua Luís de Camões, n.º 1 casa X, lugar, freguesia e concelho de Marinha Grande, para se pronunciar, em sede de audiência prévia, por escrito, no prazo de 10 dias úteis a contar da sua notificação, sobre o presente projeto de declaração de caducidade da referida licença.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

14 - REQ. N. 619/13, DATADO DE 24/04/2013 – PC N.º 680/07, DATADO DE 23/11/2007 – OLIVUCHEN – REPRESENTAÇÃO E FABRICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS, LDA.

178 - Presente pedido de licenciamento referente à obra de "*Legalização de alterações*" ao projeto de construção de habitação unifamiliar e muros de vedação, inicialmente aprovado por deliberação camarária tomada na reunião de 29/07/2011, com alvará de construção n.º 351/07, emitido em 21/12/007, a que foi atribuído o número de processo 680/07, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua Prof. Dr. José Custódio de Moraes, s/n, Lote 23, lugar de Gaeiras, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 14.181 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 16.891, da freguesia de Marinha Grande, apresentado por **OLIVUCHEN – REPRESENTAÇÃO E FABRICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS, LDA.**, com o NIPC 510100392, com sede na Rua 18 de Janeiro, n.º 2, 1.º Andar, Sala E, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente informação técnica dos serviços datada de 2015/03/10.

A Câmara Municipal analisou a referida informação técnica, datada de 2015/03/10, que propõe a declaração de caducidade da licença para realização de operação urbanística e, 1. Considerando que a interessada, **OLIVUCHEN – REPRESENTAÇÃO E FABRICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS, LDA.**, com o NIPC 510100392, com sede na Rua 18 de Janeiro, n.º 2, 1.º Andar, Sala E, freguesia e concelho de Marinha Grande, foi notificada da deliberação final de deferimento do pedido de licenciamento referente à obra de "*Legalização de alterações*"

ao projeto de construção de habitação unifamiliar e muros de vedação, inicialmente aprovado por deliberação camarária tomada na reunião de 29/07/2011, com alvará de construção n.º 351/07, emitido em 21/12/007, a que foi atribuído o número de processo 680/07, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua Prof. Dr. José Custódio de Moraes, s/n, Lote 23, lugar de Gaeiras, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 14181 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 16891, da freguesia de Marinha Grande, tomada em reunião camarária de 2013/06/11, comunicada através do ofício n.º 747/13, de 2013/08/01, rececionado em 2013/08/27;

2. Considerando que sobre a data da notificação desta deliberação a interessada tinha o prazo de um ano para requerer o respetivo alvará de construção relativo às alterações aprovadas, ou seja, até 2014/08/28 (n.º 1 do artigo 76.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010 de 2 de setembro;

3. Considerando que o decurso desse prazo sem ter sido requerida a emissão do respetivo alvará, tem como consequência a caducidade da licença para a realização da dita operação urbanística – n.º 2 do artigo 71.º do RJUE;

4. Considerando que na presente data se encontram reunidas as condições, impostas por lei para ser declarada a caducidade da licença;

A Câmara Municipal, tendo a intenção de declarar a caducidade da licença concedida por deliberação camarária datada de 2013/08/27, referente à obra de "Legalização de alterações " ao projeto de construção de habitação unifamiliar e muros de vedação, inicialmente aprovado por deliberação camarária tomada na reunião de 29/07/2011, com alvará de construção n.º 351/07, emitido em 21/12/007, a que foi atribuído o número de processo 680/07, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua Prof. Dr. José Custódio de Moraes, s/n, Lote 23, lugar de Gaeiras, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 141.81 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 16.891, da freguesia de Marinha Grande, delibera, ao abrigo do n.º 2 e do n.º 5 do artigo 71.º Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE e artigos 100.º e 101.º do CPA, notificar, a requerente OLIVENCHEN – REPRESENTAÇÃO E FABRICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS, LDA., com o NIPC 510100392, com sede na Rua 18 de Janeiro, n.º 2, 1.º Andar, Sala E, freguesia e concelho de Marinha Grande, para se pronunciar, em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, por escrito, no prazo de 15 dias úteis a contar da sua notificação, sobre o presente projeto de caducidade da referida licença.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

15 - REQ. N. 620/13, DATADO DE 24/04/2013 – PC N.º 729/07, DATADO DE 27/12/2007 – OLIVENCHEN – REPRESENTAÇÃO E FABRICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS, LDA.

179 - Presente pedido de licenciamento referente à obra de "*Legalização da construção de garagem, balneários de jardim e telheiro*", a que foi atribuído o número de processo 729/07, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua Prof. Dr. José Custódio de Moraes, n.º 671, Lote 24, lugar de Gaeiras, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 14.182 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 18.681, da freguesia de Marinha Grande, apresentado por **OLIVOCHEN – REPRESENTAÇÃO E FABRICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS, LDA.**, com o NIPC n.º 510100392, com sede na Rua 18 de Janeiro, n.º 2, 1.º Andar, Sala E, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente informação técnica dos serviços datada de 2015/03/10.

A Câmara Municipal analisou a referida informação técnica, datada de 2015/03/10, que propõe a declaração de caducidade da licença para realização de operação urbanística e,

1. Considerando que a interessada, **OLIVOCHEN – REPRESENTAÇÃO E FABRICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS, LDA.**, com o NIPC n.º 510100392, com sede na Rua 18 de Janeiro, n.º 2, 1.º Andar, Sala E, freguesia e concelho de Marinha Grande, foi notificada da deliberação final de deferimento do pedido de licenciamento referente à obra de "*Legalização da construção de garagem, balneários de jardim e telheiro*", a que foi atribuído o número de processo 729/07, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua Prof. Dr. José Custódio de Moraes, n.º 671, Lote 24, lugar de Gaeiras, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 14182 e inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 18681, da freguesia de Marinha Grande, tomada em reunião camarária de 2013/06/11, comunicada através do ofício n.º 748/13, de 2013/08/01, rececionado em 2013/08/27;

2. Considerando que sobre a data da notificação desta deliberação a interessada tinha o prazo de um ano para requerer o respetivo alvará de construção, ou seja, até 2014/08/28 (n.º 1 do artigo 76.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010 de 2 de setembro;

3. Considerando que o decurso desse prazo sem ter sido requerida a emissão do respetivo alvará, tem como consequência a caducidade da licença para a realização da dita operação urbanística – n.º 2 do artigo 71.º do RJUE;

4. Considerando que na presente data se encontram reunidas as condições, impostas por lei para ser declarada a caducidade da licença;

A Câmara Municipal, tendo a intenção de declarar a caducidade da licença concedida por deliberação camarária datada de 2013/08/27, referente à obra de "*Legalização da construção de garagem, balneários de jardim e telheiro*", a que foi atribuído o número de processo 729/07, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua Prof. Dr. José Custódio de Moraes, n.º 671, Lote 24, lugar de Gaeiras, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 14.182 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 18.681, da freguesia de Marinha Grande, delibera, ao abrigo do n.º 2 do artigo 71.º Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE e

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
19/03/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 06

artigos 100.º e 101.º do CPA, notificar, a requerente OLIVUCHEN – REPRESENTAÇÃO E FABRICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS, LDA., com o NIPC n.º 510100392, com sede na Rua 18 de Janeiro, n.º 2, 1.º Andar, Sala E, freguesia e concelho de Marinha Grande, para se pronunciar, em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, por escrito, no prazo de 15 dias úteis a contar da sua notificação, sobre o presente projeto de declaração da caducidade da referida licença.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

16 - REQ. N.º 258/15, DATADO DE 02/03/2015 – PC N.º 174/08, DATADO DE 07/05/2008 – MARCO ANTÓNIO DUARTE ALVES LARANJEIRA

180 - Presente processo relativo ao pedido de licenciamento relativo à obra de construção de uma moradia unifamiliar e muros de vedação, a que foi atribuído o número de processo 174/08, incidente sobre um prédio sito na Rua das Colmeias, lugar de Forno da Telha, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 12.350 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 15.011, da referida freguesia de Marinha Grande, apresentado por MARCO ANTÓNIO DUARTE ALVES LARANJEIRA, com o NIF 219677670, com morada na Rua das Saudades, n.º 12, 1.º, lugar de São Pedro de Moel, freguesia e concelho de Marinha Grande, aprovado por despacho do então vereador do pelouro do Urbanismo, Paisagismo e Ordenamento do Território, datado de 21/11/2008.

Presente informação técnica datada de 12/03/2015, sobre os condicionalismos que enquadram a intenção de declarar a caducidade da licença.

Considerando que:

- Por despacho do então vereador do pelouro do Urbanismo, Paisagismo e Ordenamento do Território, datado de 21/11/2008, foi deferido o pedido de licenciamento relativo à obra de construção de uma moradia unifamiliar e muros de vedação, incidente sobre um prédio sito na Rua das Colmeias, lugar de Forno da Telha, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 12.350 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 15.011, da referida freguesia de Marinha Grande.

- Em 29/12/2008 foi emitido o alvará de obras de construção n.º 262/08, válido até 19/12/2011.

- O titular do processo, **MARCO ANTÓNIO DUARTE ALVES LARANJEIRA**, com o NIF 219677670, com morada na Rua das Saudades, n.º 12, 1.º, lugar de São Pedro de Moel, freguesia e concelho de Marinha Grande, vem requerer uma licença especial para conclusão da obra, a qual apenas pode ser solicitada quando as obras já tenham atingido um elevado estado de execução, mas a licença haja caducado;

- Pressupõe o requerente que a caducidade da licença já se operou automaticamente, pelo que considera-se estarem reunidas condições para a dispensa da sua audiência prévia pela Câmara, conforme o disposto no artigo 103.º do CPA – Código do Procedimento

Administrativo, que refere que a audiência dos interessados pode ser dispensada quando *“os interessados já se tiverem pronunciado no procedimento sobre as questões que importem à decisão e sobre as provas produzidas”*.

A Câmara Municipal, verificando que na presente data se encontra ultrapassado o prazo previsto para a execução da obra titulada pelo alvará de construção n.º 262/08, emitido em 29/12/2008, cuja validade terminou em 19/12/2011, sem que a obra se encontre concluída, no uso da competência conferida pelo n.º 5 do referido artigo 71.º do RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, delibera declarar a caducidade do licenciamento relativo à obra de construção de uma moradia unifamiliar e muros de vedação, apresentado por MARCO ANTÓNIO DUARTE ALVES LARANJEIRA, com o NIF 219677670, com morada na Rua das Saudades, n.º 12, 1.º, lugar de São Pedro de Moel, freguesia e concelho de Marinha Grande, incidente sobre um prédio sito na Rua das Colmeias, lugar de Forno da Telha, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 12.350 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 15.011, da referida freguesia de Marinha Grande, em virtude das obras não terem sido concluídas no prazo fixado na licença, ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 3 do mencionado artigo 71.º.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

17 - REQ. N.º 258/15, DATADO DE 02/03/2015 – PC N.º 174/08, DATADO DE 07/05/2008 – MARCO ANTÓNIO DUARTE ALVES LARANJEIRA

181 - Presente processo relativo ao pedido de licenciamento relativo à obra de construção de uma moradia unifamiliar e muros de vedação, a que foi atribuído o número de processo 174/08, incidente sobre um prédio sito na Rua das Colmeias, lugar de Forno da Telha, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 12.350 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 15.011, da referida freguesia de Marinha Grande, apresentado por MARCO ANTÓNIO DUARTE ALVES LARANJEIRA, com o NIF 219677670, com morada na Rua das Saudades, n.º 12, 1.º, lugar de São Pedro de Moel, freguesia e concelho de Marinha Grande, aprovado por despacho do então vereador do pelouro do Urbanismo, Paisagismo e Ordenamento do Território, datado de 21/11/2008.

Presente pedido de concessão de licença especial para conclusão de obras inacabadas, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 88.º do RJUE Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, registado sob o requerimento n.º 258/15, datado de 02/03/2015.

Presente deliberação camarária a declarar a caducidade da licença por se encontrar ultrapassado o prazo previsto para a execução da obra titulada pelo alvará de obras de

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 19/03/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 06

construção n.º 262/08, emitido em 29/12/2008, cuja validade terminou em 19/12/2011, sem que a obra se encontre concluída, ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 3 do artigo 71.º do RJUE.

Presente parecer dos serviços sobre o assunto, datado de 12/03/2015.

Após análise da pretensão a Câmara Municipal delibera:

Conceder a licença especial para conclusão da obra ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 88.º do RJUE-Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, apresentado por MARCO ANTÓNIO DUARTE ALVES LARANJEIRA, com o NIF 219677670, com morada na Rua das Saudades, n.º 12, 1.º, lugar de São Pedro de Moel, freguesia e concelho de Marinha Grande, em virtude das obras de construção de uma moradia unifamiliar e muros de vedação, a que foi atribuído o número de processo 174/08, incidente sobre um prédio sito na Rua das Colmeias, lugar de Forno da Telha, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 12.350 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 15.011, da referida freguesia de Marinha Grande, terem já atingido um elevado grau de execução, encontrando-se em fase de acabamentos, e da licença respetiva ter caducado.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

18 - REQ. N. 1319/13, DATADO DE 26/08/2013 – PC N.º 112/12, DATADO DE 16/04/2012 – MARIA JOÃO MOLEIRINHO MENDES BATISTA

182 - Presente processo de licenciamento de uma moradia, sita na Rua Fonte dos Ingleses, Lugar de Pedreanes, freguesia e concelho da Marinha Grande, com o n.º 112/12, em nome de Maria João Moleirinho Mendes Batista, com o NIF 214624099, residente na Rua Manuel Pereira Roldão, n.º 22, 1.º-A, lugar de Casal da Formiga, da mesma freguesia e concelho.

Presente informação técnica datada de 09-02-2015, referente ao montante a pagar pela interessada, pela comparticipação devida pela pavimentação da Rua dos Lenhadores, Lugar de Pedreanes, Freguesia e concelho da Marinha Grande.

A Câmara Municipal apreciou a referida informação técnica, bem como a deliberação camarária de 30-05-2013, respeitante ao processo n.º 112/12, que impôs como condicionalismo do licenciamento o pagamento de uma comparticipação pela pavimentação da Rua dos Lenhadores, no lugar de Pedreanes, freguesia e concelho da Marinha Grande, que remete para a deliberação n.º 889 de 07-10-2004 (ata n.º 24) e atendendo ao facto de a interessada proceder, por sua conta, à execução dos passeios, delibera fixar em 3.903,00 € (três mil novecentos e três euros) a referida comparticipação devida pela titular do citado processo, Maria João Moleirinho Mendes Batista, com o NIF 214624099, residente na Rua Manuel Pereira Roldão, n.º 22, 1.º-A, lugar de Casal da Formiga, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**19 - REQ. N. 337/15, DATADO DE 16/03/2013— PC N.º 112/12, DATADO DE 16/04/2012 –
MARIA JOÃO MOLEIRINHO MENDES BATISTA**

183 - Presente processo de licenciamento de construção de moradia, anexo e muros de vedação, com o número de processo 112/12, datado de 16/04/2012, apresentado por **MARIA JOÃO MOLEIRINHO MENDES BATISTA**, com o NIF 214624099, com morada em Rua Manuel Pereira Roldão, n.º 22, 1.º A, aprovado por deliberação camarária tomada na reunião de 30/05/2013, bem como alvará de construção n.º 93/13, emitido em 26/08/2013.

Presente requerimento n.º 242/15, datado de 26/02/2015, a solicitar a prorrogação do prazo para execução das obras tituladas pelo alvará n.º 93/*13, emitido em 26/08/2013.

Presente requerimento n.º 337/15, datado de 16/03/2015, a solicitar o pagamento em prestações do valor respeitante ao alvará de construção (legalização), referente às alterações efetuadas em obra.

Presente parecer dos serviços datado de 16/03/2015, a enquadrar a pretensão.

Após análise da pretensão, a Câmara delibera:

DEFERIR o pagamento das taxas devidas em cinco prestações, de 780,60 € (setecentos e oitenta euros e sessenta centimos) cada uma, sendo que a primeira será paga no momento do levantamento da prorrogação do alvará e as restantes até o final do prazo de cinco meses contados da data de levantamento, ao ritmo de uma por mês;

INFORMAR a requerente que, com o pagamento da segunda prestação, deverá, ainda, ser prestada a garantia bancária prevista no n.º 4 do artigo 117.º do R.M.E.U.M.G. - Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, no montante de 3.278,52€ (três mil duzentos e setenta e oito euros e cinquenta e dois centimos), correspondente ao valor das quatro prestações em falta acrescidas de 5% para despesas administrativas. Esta garantia bancária será libertada após o pagamento da totalidade do valor do valor da comparticipação

INFORMAR a requerente que, nos termos do n.º 3 do do artigo 117.º do R.M.E.U.M.G., a falta de pagamento de qualquer uma das prestações nos prazos acordados determina o vencimento imediato de todas as prestações em dívida, acrescidas de juros de mora à taxa legal em vigor.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**20 - E/6498/2013 - JÚLIO LETRA TOMAZ - RETIFICAÇÃO DE ÁREA DE PRÉDIO -
DELIBERAÇÃO FINAL**

184 - Presente requerimento n.º 6498, datado de 23-08-2013, apresentado por Júlio Letra Tomaz, residente na Travessa do Emigrante, n.º 6, freguesia de Vieira de Leiria e concelho

da Marinha Grande em que solicita, na qualidade de cabeça de casal da herança de seus pais, Silvério Letra Tomaz e Idalina Letra Malaquias, a passagem de uma certidão comprovativa de que o prédio urbano sito na Rua das Gaivotas, n.º 13, Praia da Vieira tem uma superfície total de 75 m² e não de 57 m², conforme escritura celebrada em 25-01-1993 entre o Município da Marinha Grande e Silvério Letra Tomaz.

Presente deliberação datada de 08-01-2015 respeitante ao projeto de indeferimento do pedido de retificação.

Presentes alegações apresentadas em sede de audiência prévia, com registo de entrada n.º 1186, de 03-02-2015.

A Câmara analisou as alegações apresentadas pelo requerente em 03-02-2015, com o registo de entrada n.º 1186, e considerando que:

- O mesmo refere que sobrepondo as plantas topográficas, adquiridas nesta Câmara Municipal, respeitantes aos anos de 1979, 1996 e 2008, se verifica que não existem alterações nos limites do prédio sito na Praia da Vieira, freguesia e concelho da Marinha Grande, adquirido ao Município da Marinha Grande em 1993, pelo seu pai, mantendo, por isso, a mesma configuração;

- Nessa sequência os serviços técnicos desta Câmara realizaram as diligências necessárias para averiguar a veracidade dos factos alegados, através da sobreposição da cartografia à escala 1:2000, datada de 2009, à cartografia referente aos anos acima mencionados, tendo sido produzida a informação técnica PC/02/2015, datada de 12-03-2015, sobre o assunto;

- A informação dos serviços de topografia, datada de 06-02-1992, constante do maço de documentos, respeitante à escritura de compra e venda n.º 2/93 do prédio em causa, celebrada no dia 25-01-1993, embora referindo-se à área do mesmo como sendo de 57 m², representou o polígono com medidas que totalizam 75,6 m².

Delibera DEFERIR, de acordo com os fundamentos constantes da informação técnica PC/02/2015 de 12-03-2015, que aqui se dá por integralmente reproduzida e se anexa (Anexo 6), o pedido apresentado por Júlio Letra Tomaz, através do requerimento n.º 6498, datado de 23-08-2013, residente na Travessa do Emigrante, n.º 6, freguesia e concelho da Marinha Grande, na qualidade de cabeça de casal da herança aberta por óbito de seus pais, Silvério Letra Tomaz e Idalina Letra Malaquias, para emissão de certidão comprovativa de que o prédio urbano, com o artigo matricial n.º 5612, sito na Rua das Gaivotas, n.º 13, na Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, e concelho da Marinha Grande, tem uma área de 75 m² e não de 57 m², como figura na escritura pública n.º 2/93, celebrada em 25-01-1993, entre o Município da Marinha Grande e Silvério Letra Tomaz.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

21 - PROCESSO DE LICENCIAMENTO MUNICIPAL N.º 254/10 - REQUERENTES: TIMOTHY ALEXANDER TACCHI E BETINA KUNZL TACCHI - PROPOSTA DE DECLARAÇÃO DE NULIDADE – AUDIÊNCIA PRÉVIA

185 - Presente processo de licenciamento municipal n.º 1711/59 – Titular: Joaquim Infante;
Presente processo de licenciamento municipal n.º 254/10 – Titulares: TIMOTHY ALEXANDER TACCHI E BETINA KUNZL TACCHI;
Presente Informação emitida pela Chefe de Divisão de Ordenamento do Território, Dra. Inês Marrazes, de 23.02.2015 – Informação n.º IM/04/2015 – Assunto: PC 254/10 Timothy Alexander Tacchi, na qual se encontram integrados 10 documentos anexos.

Tendo em consideração que,

- a) No âmbito da Informação MF – 122015, de 23.02.2015, elaborada pelo Sr. Arquiteto Miguel Figueiredo - Técnico Superior da Divisão de Ordenamento do Território, (a qual integra o anexo 8 da Informação n.º IM/04/2015, de 23.02.2015, referente ao processo de licenciamento municipal n.º 254/10), é por este referido “(...) Em conclusão, se se tratasse de uma obra de reconstrução ou de alteração de um edifício legalmente construído (...) a operação urbanística teria caído na alçada do artigo 60º do RJUE, que consagra a garantia do existente, não sendo violado qualquer parâmetro urbanístico da PDM, por não agravar desconformidade com o regulamento do PDM. No presente caso, estando previsto em todos os elementos do projecto, a demolição prévia e total da construção originária, sem que a proposta de edificação reconstitua a estrutura das fachadas e da cércea, não vemos porque não cumprir com as regras do PDM, entradas em vigor em data posterior à construção originária, já que o regime especial parte do pressuposto que a impossibilidade de cumprimento normativa resida na manutenção “de facto” do edifício existente.
- b) No âmbito da Informação IM/04/2015, de 23.02.2015, elaborada pela Chefe de Divisão de Ordenamento do Território, Dra. Inês Marrazes, respeitante ao processo de licenciamento municipal n.º 254/10, é referido:
“(…) IV. Conclusão
A presente operação urbanística constitui de acordo com a análise efectuada, uma obra de construção, ou seja, estamos perante uma nova edificação, em tudo distinta da existente.
Assim sendo, a construção existente e sobre a qual poderia existir um “direito adquirido” — edificação construída ao abrigo do direito anterior e as utilizações respectivas não são afectadas por normas legais e regulamentares supervenientes — para não cumprimento das regras do PDMMG, deveria após a presente obra, subsistir na sua forma alterada, o que não acontece, pois como já foi possível demonstrar anteriormente a operação urbanística não se conforma com obras de alteração ou de reconstrução.
Deste modo só o manter (com as alterações previstas legalmente) do edifício existente pressuporia o não cumprimento das regras constantes do PDM.
Estando prevista em todos os elementos do projecto, a demolição prévia e total da construção existente, sem que a proposta de edificação reconstitua a estrutura das fachadas, estamos perante uma edificação nova, a qual deveria, cumprir as disposições do PDM.
Uma vez que isto não acontece, e de acordo com o disposto no artigo 68º do RJUE estaremos perante uma nulidade do ato praticado. (...)”

- c) O disposto na 1.ª parte do n.º 4 do artigo 69.º do D.L. n.º 555/99, de 16.12, na redação dada pelo D.L. n.º 26/2010, de 30.03, segundo o qual, “ A possibilidade de o órgão que emitiu o acto ou deliberação declarar a nulidade caduca no prazo de 10 anos (...)”

A Câmara Municipal apreciou e concordando com os fundamentos de facto e de direito constantes da informação n.º IM/04/2015, de 23.02.2015, que fica anexa à presente ata (Anexo 1) e que aqui se dá por integralmente reproduzida, delibera nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 69.º conjugado com a alínea a) do artigo 68.º, ambos do D.L. n.º 555/99, de 16/12, na redação dada pelo D.L. n.º 26/2010, de 30.03. e para os efeitos previstos nos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo D.L. n.º 442/91, de 15.11, com as alterações introduzidas pelo D.L. n.º 6/96, de 31.01, notificar os titulares do processo de licenciamento municipal n.º 254/10, Timothy Alexander Tacchi e Betina Kunzl Tacchi, através de notificação a efetuar à representante destes, Dra. Magdalena Ivanova Ilieva, Advogada com procuração emitida em 28.05.2014, constante no processo de licenciamento municipal n.º 254/10, da intenção de declarar a nulidade das deliberações camarárias que integram o processo de licenciamento municipal n.º 254/10, mais concretamente da deliberação camarária de 23.12.2010, que aprova o projecto de arquitectura referente a obras de alteração de moradia unifamiliar, da deliberação camarária final do pedido de licenciamento, de 21.04.2011, bem como da deliberação camarária que aprova a alteração do projecto de arquitectura aprovado em 23.12.2010 e da deliberação camarária final do pedido de licenciamento, de 16.02.2012, por violação do disposto no n.º 6 do artigo 5.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande, ratificado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 37/95, de 21.04, e alterado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 153/98, de 30.12., concedendo-lhe o prazo de 10 dias úteis a contar da receção da notificação para, querendo, dizer por escrito o que se lhe oferecer sobre o mesmo.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

A Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho declarou-se impedida de participar na discussão e votação deste processo, uma vez que, como advogada, já representou os requerentes.

O Sr. Vereador Carlos Logrado proferiu a seguinte declaração de voto:

“Voto favoravelmente por se tratar, apenas e só, de uma audiência prévia, e qualquer resolução subsequente terá que ter em conta os reais interesses e direitos do município, sugerindo que se faça uma reunião para discussão pessoal com os interlocutores.”

Esta declaração de voto foi subscrita pelos Srs. Vereadores Aurélio Ferreira e António Santos.

22 - PROCESSO DE INQUÉRITO N.º 1/DJ/2014.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 19/03/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 06

Presente relatório do inquiridor, datado de 27 de fevereiro passado, no qual se conclui “que, das diligências realizadas, não resultou a identificação concreta e objetiva de factos que consubstanciem a violação do dever de isenção e/ou do dever de zelo”.

Assim, a Câmara Municipal, nos termos do artigo 32.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro e do artigo 41.º, n.º 4, do Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores que exercem Funções Públicas, aprovado pela Lei nº. 58/2008, de 9 de setembro, delibera, tendo em conta o relatório do inquiridor, arquivar o processo de inquérito n.º 1/DJ/2014.

A presente deliberação foi tomada por unanimidade.

23 - PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO E APOIO FINANCEIRO A CELEBRAR COM A ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DA MARINHA GRANDE.

187 - Considerando que o Protocolo de Cooperação e apoio financeiro celebrado com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Marinha Grande cessou em 31 de dezembro de 2014.

Considerando que se justifica manter os apoios financeiros concedidos, na medida em que se trata do desenvolvimento de atividades que assumem um carácter imprescindível na salvaguarda de pessoas e bens.

Assim, a Câmara Municipal, nos termos do artigo 33.º, n.º 1, alínea o), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, delibera aprovar o Protocolo de Cooperação e apoio à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Marinha Grande, que se dá por reproduzido e fica anexo (Anexo 2).

A presente deliberação foi tomada por unanimidade.

24 - PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO E APOIO FINANCEIRO A CELEBRAR COM A ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE VIEIRA DE LEIRIA.

188 - Considerando que o Protocolo de Cooperação e apoio financeiro celebrado com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vieira de Leiria cessou em 31 de dezembro de 2014.

Considerando que se justifica manter os apoios financeiros concedidos, na medida em que se trata do desenvolvimento de atividades que assumem um carácter imprescindível na salvaguarda de pessoas e bens.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 19/03/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 06

Assim, a Câmara Municipal, nos termos do artigo 33.º, n.º 1, alínea o), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, delibera aprovar o Protocolo de Cooperação e apoio à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vieira de Leiria, que se dá por reproduzido e fica anexo (Anexo 3).

A presente deliberação foi tomada por unanimidade.

25 - PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS CAUSADOS EM VIATURA AUTOMÓVEL – TRAVESSA DOS PIMENTAS NORTE, PEDREANES – RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO DEPOSITADOS NA FAIXA DE RODAGEM - REQUERENTE: NUNO PAULO FRUTUOSO LOPES – PROPOSTA DE INDEFERIMENTO - AUDIÊNCIA PRÉVIA.

189 - Presente requerimento apresentado via e-mail em 17-09-2014, nesta Câmara Municipal, assinado por Nuno Paulo Frutuoso Lopes, titular do NIF 209837306, residente na Rua do Rego, n.º 58, Garcia, Marinha Grande, no qual relata um incidente que sofreu com a sua viatura automóvel de matrícula 05-06-QG, no passado dia 02-09-2014, cerca das 22,00 horas, na Travessa dos Pimentas Norte, em Pedreanes, e que teve por origem a existência de “cacos” de mosaicos depositados nos buracos da faixa de rodagem, os quais lhe cortaram um pneu da viatura, resultando danos no valor de 237,28€, cujo ressarcimento requer à Câmara Municipal.

Presente Informação jurídica n.º 1/247/2015-FO, de 24-02-2015, na qual se apreciam os factos invocados e as provas produzidas, e se conclui que pela não verificação cumulativa de todos os pressupostos da responsabilidade civil extracontratual (das pessoas colectivas públicas no domínio dos actos de gestão pública) designadamente o pressuposto da existência de facto ilícito imputável ao município e o pressuposto da culpa, porquanto não foram violados os seus deveres de cuidado na vigilância e sinalização dos perigos existentes na via de circulação onde ocorreu o sinistro, os quais resultaram da intervenção de uma terceira pessoa e eram do total desconhecimento desta Câmara Municipal.

A Câmara Municipal apreciou e concordando com os fundamentos de facto e de direito constantes da citada informação n.º 1/247/2015 - FO, que fica anexa à presente ata (Anexo 4) e que aqui se dá por integralmente reproduzida, delibera notificar o requerente Nuno Paulo Frutuoso Lopes, residente na Rua do Rego, n.º 58, Garcia, Marinha Grande, do presente projecto de decisão final de indeferimento do pedido, concedendo-lhe o prazo de 10 dias úteis a contar do recebimento da notificação, para dizer por escrito, o que se lhe oferecer sobre o mesmo, nos termos do previsto nos artigos 100.º e 101.º do CPA-Código do Procedimento Administrativo.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

26 - ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS

190 - Ao Sport Império Marinhense, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para jantar e noite de variedades no dia 14 de março de 2015;
- Licença especial de ruído para realização do Festival de poesia no dia 21 de março de 2015;
- Licença especial de ruído para estreia da peça de teatro “O canalizador encenador” no dia 28 de março de 2015;
- Licença especial de ruído para Noite de fados no dia 4 de abril de 2015
- Publicidade alusiva ao evento.

A Associação de Pais e Encarregados de Educação da E.B.1 do Engenho, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para festa da Primavera no dia 21 de Março de 2015

A Associação Amigos do Comboio de Lata, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para inauguração da sede da associação no dia 21 de março de 2015

Ao Clube Automóvel da Marinha Grande, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Utilização das vias públicas para a realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal para realização do encontro de clássicos e desportivos – Passeio no dia 21 de março de 2015

A Fábrica da Igreja Paroquial de Vieira de Leiria, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Utilização das vias públicas para a realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal para realização da Via Sacra da Sexta Feira Santa
- Publicidade alusiva aos eventos.

A Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Marinha Grande, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para Instalação de Parque de Diversões de 3 de abril a 3 de maio de 2015;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 19/03/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 06

- Recintos improvisados para realização do Parque de Diversões de 3 de abril a 3 de maio de 2015;
- Publicidade alusiva ao evento.

Presentes informações nºs 11/CP, 12/CP, 13/CP, 14/CP, 15/CP e 16/AF de 13 de março de 2015, fundamentadas de facto e de direito nos termos do nº 6 do artigo 14º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal, nos termos da alínea b) do nº 3 do artigo 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, pode isentar as associações de bombeiros, as fundações, as associações culturais, desportivas e recreativas legalmente constituídas, fábricas da igreja, agrupamentos de escolas e associações de pais e encarregados de educação legalmente constituídas e sem fins lucrativos, com sede no concelho da Marinha Grande, do pagamento das taxas previstas no citado Regulamento.

Assim, ao abrigo da competência prevista na alínea b) do nº 3 e n.º 6 do artigo 14.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera, relativamente às atividades identificadas, isentar o Sport Império Marinhense, a Associação de Pais e Encarregados de Educação da E.B.1 do Engenho, a Associação Amigos do Comboio de Lata, o Clube Automóvel da Marinha Grande, a Fábrica da Igreja Paroquial de Vieira de Leiria, a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Marinha Grande, do pagamento das taxas devidas pela emissão das licenças especiais de ruído, das autorizações para utilização das vias públicas para a realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal, das licenças para instalação e funcionamento de recintos improvisados e das licenças de publicidade.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

27 - ALARGAMENTO DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO ESTABELECIMENTO DE RESTAURAÇÃO E BEBIDAS DENOMINADO “OCEANO BAR”

Assunto retirado da ordem do dia.

28 - P.A. N.º 1/2015- AP/DISU - “FORNECIMENTO DE ELETRICIDADE EM BAIXA TENSÃO NORMAL PARA A TOTALIDADE DAS INSTALAÇÕES MUNICIPAIS, INCLUINDO ILUMINAÇÃO PÚBLICA, PARA O PERÍODO DE 04/05/2015 A 03/05/2016”. NÃO ADJUDICAÇÃO

191 - Presente o processo de aquisição nº 1/2015 – AP/DISU, realizado de acordo com deliberação camarária de 11 de dezembro de 2014, acompanhado de relatório final do Júri,

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 19/03/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 06

no qual é proposta a não adjudicação do “*Fornecimento de eletricidade em baixa tensão normal para a totalidade das instalações municipais, incluindo iluminação pública, para o período de 04/05/2015 a 03/05/2016*”, atento o facto de a única proposta apresentada pelo concorrente EDP Comercial – Comercialização de Energia S.A., no valor de 833.413,50 euros, ter sido excluída nos termos da alínea o), do n.º 2, do artigo 146º e alínea d), do n.º 2, do artigo 70º, ambos do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/08 de 29 de Janeiro, na sua redação atual, por ter ultrapassado o preço base estabelecido no procedimento em 788.349,77 euros.

Depois de examinado o referido processo, a Câmara Municipal, concordando com as conclusões do relatório final, datado de 13/03/2015, delibera, nos termos do artigo 79º, n.º 1, alínea b), do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/08 de 29 de Janeiro, na sua redação atual, e de acordo com o disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 33º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, não adjudicar o P.A. N.º 1/2015 – AP/DISU – “*Fornecimento de eletricidade em baixa tensão normal para a totalidade das instalações municipais, incluindo iluminação pública, para o período de 04/05/2015 a 03/05/2016*”, pelo facto de a única proposta apresentada ter ultrapassado o preço base estabelecido no procedimento.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

29 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DE “SETE ESPETÁCULOS DE MÚSICA A REALIZAR NA CASA DA CULTURA TEATRO STEPHENS, NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE ABRIL DE 2015 E ABRIL DE 2016”, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 12 DO ARTIGO 75º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015

192 - A Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2015, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 75º da Lei do Orçamento de Estado de 2015, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das finanças.

O n.º 12 do art.º 75 da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 5 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 6 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, 66/2012, de 31 de dezembro, e 80/2013, de 28 de novembro.

Na presente data continua por publicar a portaria referida no parágrafo anterior, sendo que a necessidade da sua publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010, Lei n.º 3-B/2010 de 28 de abril, atenta alteração consagrada no mesmo ao art.º 6º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro. Assim, para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 5 e 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP, que o parecer prévio vinculativo e a redução remuneratória se aplicam às autarquias locais.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 12 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos requisitos preceituados nas alíneas a) e c) do n.º 6 do referido artigo, bem como da alínea b) do mesmo número e artigo, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego publico e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Verificação da inexistência de pessoal em situação de requalificação apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 75º, n.º 1 da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2015 e nos artigos 2º e 7º da Lei 75/2014 de 12 de setembro, de acordo com os quais a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de

serviços que, em 2015, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e ou contraparte de contrato vigente em 2014.

Presente a requisição interna n.º 16031/2015 e informação da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, onde se manifesta a necessidade da contratação de *“Sete espetáculos de música a realizar na Casa da Cultura Teatro Stephens, no período compreendido entre abril de 2015 e abril de 2016”*, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 12 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015 e cuja globalidade das tarefas a executar serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que a Portaria 48/2014 de 26/02, determina que seja realizada a verificação prévia, da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas, através de formulário a submeter no site do INA e que através de mail, datado de 16/03/2015, o INA informou que não existem trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objecto do procedimento a contratar, conforme se atesta em mail anexo.

Considerando que o contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 5 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015 e que o procedimento a adotar é o Ajuste Direto previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos, atendendo a que se prevê um valor do contrato inferior a 75.000,00 €.

Considerando que o serviço requisitante propõe o convite à entidade Idade das Ideias – Produtores Associados de Espectáculos e Eventos, Lda, NIPC 513 445 137, e que esta aguarda a emissão das declarações comprovativas de que possui a sua situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2015 a dotação para a assunção de despesa nos anos de 2015 e 2016 para a contratação de *“Sete espetáculos de música a realizar na Casa da Cultura Teatro Stephens, no período compreendido entre abril de 2015 e abril de 2016”*, na classificação orgânica/económica 06/020220 ações do PAM 2014/A/113 e 2015/A/163, tendo sido emitido o respetivo cabimento pelos serviços de contabilidade.

Considerando que o preço base a aplicar é de 31.000 euros, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este não está sujeito a redução remuneratória, preceituada no n.º 1 e n.º 2 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015, por não existir contrato com idêntico objecto em vigor no ano de 2014, não havendo, por este facto,

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 19/03/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 06

termo de comparação e também por em 2014 e 2015 não ter sido celebrado qualquer contrato com a contraparte a convidar, conforme se atesta em documentação anexa.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais, e que a Assembleia Municipal, na sua sessão 24/11/2014, deliberou conceder autorização genérica prévia favorável para a assunção de compromissos plurianuais, em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA e no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, nos termos constantes da deliberação que se anexa.

Face ao exposto e considerando que se encontra cumprido o requisito preceituado na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro e o preceituado nos n.º 5 e n.º 6 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação de *“Sete espetáculos de música a realizar na Casa da Cultura Teatro Stephens, no período compreendido entre abril de 2015 e abril de 2016”*.

A presente deliberação produz efeitos no dia da receção das declarações comprovativas de que a entidade a convidar tem a sua situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

30 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE “INSPEÇÃO E MANUTENÇÃO DE GARRAFAS DE CLORO PARA DIVERSAS ESTAÇÕES DE CLORAGEM PARA O ANO 2015”, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 5 DO ARTIGO 75º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015

193 - Presente a requisição interna n.º 16929 e informação n.º EM/05/2015 da DISU, nas quais se manifesta a necessidade de contratar os serviços de *“Inspeção e manutenção de garrafas de cloro para diversas estações de cloragem para o ano 2015”*.

Considerando que nos termos do disposto no n.º 14 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro é preceituado que: *“(…)Com exceção dos contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença, estão excecionados do parecer prévio previsto no n.º 5, a celebração e ou as renovações de contratos de aquisição de serviços até ao montante de € 5 000(…).”*

Considerando que o art.º 10º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, estabelece que os serviços podem revestir as

modalidades de tarefa ou avença e que na presente data persistem as dúvidas na classificação dos serviços a contratar, sendo que se aguarda orientação clarificadora requerida à CCDRC através do ofício com o registo n.º S/500/2015, de 11/02/2015.

Considerando que atento o preceituado supra o contrato a celebrar parece não estar excepcionado da obtenção do parecer prévio previsto no n.º 5, do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, nos termos do n.º 14 do mesmo artigo.

Assim sendo e considerando que,

A Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2015, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 75º da Lei do Orçamento de Estado de 2015, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das finanças.

O n.º 12 do art.º 75 da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 5 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 6 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, 66/2012, de 31 de dezembro, e 80/2013, de 28 de novembro.

Na presente data continua por publicar a portaria referida no parágrafo anterior, sendo que a necessidade da sua publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010, Lei n.º 3-B/2010 de 28 de abril, atenta alteração consagrada no mesmo ao art.º 6º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro. Assim, para a Administração Local

não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 5 e 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP, que o parecer prévio vinculativo e a redução remuneratória se aplicam às autarquias locais.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos requisitos preceituados nas alíneas a) e c) do n.º 6 do referido artigo, bem como da alínea b) do mesmo número e artigo, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Verificação da inexistência de pessoal em situação de requalificação apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 75.º, n.º 1 da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2015 e nos artigos 2.º e 7.º da Lei 75/2014 de 12 de setembro, de acordo com os quais a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2015, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e ou contraparte de contrato vigente em 2014.

Os serviços objeto do contrato a celebrar carecem de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 12 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015 e cuja globalidade das tarefas a executar serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

A Portaria 48/2014 de 26/02, determina que seja realizada a verificação prévia, da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas, através de formulário a submeter no site do INA e que esse pedido de verificação com o n.º 16573 foi submetido a 16/03/2015, e que o INA ainda não pugnou por informar da inexistência de trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objecto do procedimento a contratar.

O contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 5 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
19/03/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 06

ano de 2015 e que o procedimento a adotar é o Concurso Público previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea b) do Código dos Contratos Públicos, não sendo conhecida a contraparte com quem o mesmo será celebrado.

O procedimento de formação do contrato a adotar será o Concurso Público pelo que os documentos comprovativos de situação regularizada no que respeita às obrigações fiscais e para com a segurança social serão apresentados pelo adjudicatário no decurso do mesmo.

Se encontra inscrito em Plano Plurianual de Investimentos de 2015 e Plano de Atividades Municipais de 2015 a dotação para a assunção de despesa no ano de 2015 para a contratação de serviços de “*Inspeção e manutenção de garrafas de cloro para diversas estações de cloragem para o ano 2015*”, na classificação orgânica/económica 07/070110 e 07/020220, ação do PPI 2015/1/79 e ação do PAM 2015/A/128, tendo sido emitidos os respetivos cabimentos, pela Área de Contabilidade, atento o preço base a aplicar de 2.517 euros, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este respeita a redução remuneratória, preceituada no n.º 1 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015, atento o contrato vigente em 2014, conforme se atesta em documentação anexa.

Nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que não se aplica ao contrato que se pretende celebrar para contratação de serviços de “*Inspeção e manutenção de garrafas de cloro para diversas estações de cloragem para o ano 2015*” por os pagamentos inerentes a serviço que se pretende contratar serem efetuados na íntegra no ano de 2015, não ocorrendo a assunção de compromissos plurianuais.

Face ao exposto e considerando que se encontram cumpridos os requisitos preceituados nos n.º 5 e n.º 6 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação de serviços de “*Inspeção e manutenção de garrafas de cloro para diversas estações de cloragem para o ano 2015*”.

A presente deliberação produz efeitos no dia da receção da resposta do INA ao pedido de verificação n.º 16573 remetido pela autarquia e desde que esta entidade informe da inexistência de trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objeto do parecer prévio emitido por esta deliberação.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
19/03/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 06

31 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE DIVERSOS SERVIÇOS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 5 DO ARTIGO 75.º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.

194 - Considerando a relação de serviços a contratar que consta do Anexo 1, atentas as requisições internas emitidas pelas várias unidades orgânicas da Câmara Municipal da Marinha Grande, nas quais se justifica a necessidade da sua contratação.

Considerando que nos termos do disposto no n.º 14 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro é preceituado que: *“(...)Com exceção dos contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença, estão excecionados do parecer prévio previsto no n.º 5, a celebração e ou as renovações de contratos de aquisição de serviços até ao montante de € 5 000(...).”*

Considerando que nos termos da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e conforme o disposto no art.º 10.º da mesma, trata-se de um contrato de tarefa quando estamos perante a execução de trabalhos específicos de natureza excecional, não podendo exceder o termo do prazo contratual inicialmente estabelecido.

Considerando que existe a dúvida, na presente data, se os serviços a contratar constantes da lista em Anexo 1 consubstanciam um contrato de tarefa e/ou avença, sendo que, se aguarda orientação clarificadora já requerida à CCDRC sobre esta matéria, conforme nosso ofício n.º S/500/2015, de 11/02/2015, do qual se anexa cópia.

Considerando que os contratos que se pretendem celebrar têm valor estimado inferior a 5.000,00€, sem IVA, e que atento o preceituado supra, não é claro que estes estejam excecionados da obtenção do parecer prévio previsto no n.º 5, do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, nos termos do n.º 14 do mesmo artigo.

Assim sendo e considerando que,

A Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2015, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro,

Lei do Orçamento de Estado de 2013, Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 75º da Lei do Orçamento de Estado de 2015, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei nº 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das finanças.

O n.º 12 do art.º 75 da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 5 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 6 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, 66/2012, de 31 de dezembro, e 80/2013, de 28 de novembro.

Na presente data continua por publicar a portaria referida no parágrafo anterior, sendo que a necessidade da sua publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010, Lei n.º 3-B/2010 de 28 de abril, atenta alteração consagrada no mesmo ao art.º 6º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro. Assim, para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 5 e 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP, que o parecer prévio vinculativo e a redução remuneratória se aplicam às autarquias locais.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 12 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos requisitos preceituados nas alíneas a) e c) do n.º 6 do referido artigo, bem como da alínea b) do mesmo número e artigo, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Verificação da inexistência de pessoal em situação de requalificação apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;

- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 75º, n.º 1 da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2015 e nos artigos 2º e 7º da Lei 75/2014 de 12 de setembro, de acordo com os quais a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2015, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e ou contraparte de contrato vigente em 2014.

E atendendo a que,

A globalidade das tarefas a executar serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

A Portaria 48/2014 de 26/02, determina que seja realizada a verificação prévia, da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas, através de formulário a submeter no site do INA e que esses pedidos de verificação já foram submetidos, conforme números de pedidos de verificação e datas indicados na lista anexa.

O procedimento a adotar em todos os processos que constam do Anexo 1 é o Ajuste Direto Regime Simplificado, previsto nos artigos 128.º e 129.º ambos do Código dos Contratos Públicos.

Em sede de pedidos de orçamento, será devidamente validada a situação de cada entidade consultada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social, não sendo emitida qualquer adjudicação sem documento que ateste a existência de situação regular.

Se encontra inscrito em Orçamento da Despesa de 2015 a dotação para a assunção das despesas no ano de 2015 para a contratação dos serviços constantes do Anexo 1, tendo sido emitidos os cabimentos prévios da despesa.

Nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que não se aplica aos contratos que se pretendem celebrar, por os pagamentos inerentes a cada serviço que se pretende contratar serem efetuados na íntegra no ano de 2015, não ocorrendo a assunção de compromissos plurianuais.

Face ao exposto e considerando que se encontram cumpridos os requisitos preceituados nos n.º 5 e n.º 6 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 12 do

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 19/03/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 06

artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação dos serviços referidos no Anexo 1.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

32 - PROPOSTA ALTERAÇÃO DE PREÇOS DE BENS MÓVEIS PARA VENDA NOS MUSEUS MUNICIPAIS

195 - Presente a informação interna I/1001/2014 do Museu do Vidro com proposta alteração dos preços de venda ao público de postais e catálogos para venda nos museus municipais.

Nesse sentido, e atendendo a que:

- Segundo a alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, compete ainda à Câmara Municipal *“criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, (...) de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal”*;

- De acordo com a alínea e) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, é da competência da Câmara Municipal *“fixar os preços da prestação de serviços ao público pelos serviços municipais ou municipalizados (...)”*;

- Os museus municipais são geridos pela Câmara Municipal e disponibilizam para venda ao público artesanato em vidro e publicações alusivas às suas exposições ou ao património local/regional, como forma de dinamização cultural e económica de interesse municipal; Nesse sentido propõe-se a alteração dos preços de venda ao público dos postais e catálogos para venda nos museus municipais, de acordo com a seguinte tabela:

DESIGNAÇÃO	PREÇO CUSTO	P.V.P. S/IVA	IVA	P.V.P. C/IVA
Postais individuais do Museu do Vidro	0,33 €	0,366 €	0,084 €	0,45 €
Coleção de postais	2,57 €	2,845 €	0,654 €	3,50 €
Catálogo Maria Helena Matos	2,50 €	3,00 €	-	3,00 €
Catálogo Vidro Artístico Contemporâneo Português I	3,74 €	4,00 €	-	4,00 €
Catálogo Vidro Artístico Contemporâneo Português II	1,50 €	2,00 €	-	2,00 €
Catálogo Vidro Artístico Contemporâneo Português III	3,35 €	3,50 €	-	3,50 €
Catálogo Vidro Artístico Contemporâneo Português IV	4,40 €	5,00 €	-	5,00 €
Catálogo Vidro Artístico Contemporâneo Português V	3,50 €	4,00 €	-	4,00 €
Catálogo “Novas Mestrias – Colégio dos Mestres Vidreiros”	3,20 €	3,50 €	-	3,50 €

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 19/03/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 06

Catálogo “Olhares sobre o vidro”, de Virgílio Guerra Marques	3,70 €	4,50 €	-	4,50 €
Catálogo “Mestres da Marinha Grande, artesanato de maçarico”	2,90 €	3,50 €	-	3,50 €
Catálogo “Vilma Libana – arte da gravura em vidro”	3,26 €	4,00 €	-	4,00 €
Catálogo “Impressões do Olhar” - CMALV	1,86 €	2,50 €	-	2,50 €
Catálogo Galeria Municipal	4,48 €	5,00 €	-	5,00 €
Catálogo “Pinhal do Rei, 700 anos de floresta”	2,16 €	2,50 €	-	2,50 €
Catálogo “O lado feminino do vidro”	3,64 €	4,50 €	-	4,50 €

A Câmara Municipal da Marinha Grande, analisou a proposta e delibera, ao abrigo da alínea e) do n.º 1, do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, através da interpretação por assimilação extensiva, ou, de modo mais lato, no exercício da sua competência para a gestão de instalações, equipamentos, serviços e recursos físicos integrados no património do município, de acordo com a alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a tabela de preços acima indicada e fixar os preços dos bens móveis para venda nos museus municipais nela apresentados.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

33 - PROPOSTA DE FIXAÇÃO DE PREÇOS DE BENS MÓVEIS PARA VENDA NOS MUSEUS MUNICIPAIS

196 - Presente a informação interna I/1002/2014 do Museu do Vidro com proposta de fixação de preços dos novos artigos de artesanato para venda nos museus municipais, cujo preço de venda ao público não se encontra estabelecido.

Nesse sentido, por forma a possibilitar a sua venda, e atendendo a que:

- Segundo a alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, compete ainda à Câmara Municipal *“criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, (...) de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal”*;

- De acordo com a alínea e) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, é da competência da Câmara Municipal *“fixar os preços da prestação de serviços ao público pelos serviços municipais ou municipalizados (...)”*;

- Os museus municipais são geridos pela Câmara Municipal e disponibilizam para venda ao público artesanato em vidro e publicações alusivas às suas exposições ou ao património local/regional, como forma de dinamização cultural e económica de interesse municipal;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 19/03/2015.

Mandato de 2013/2017

Ata nº 06

Nesse sentido propõe-se a fixação dos preços para os novos artigos adquiridos, de acordo com a seguinte tabela:

DESIGNAÇÃO	PREÇO CUSTO	P.V.P. S/IVA	IVA	P.V.P. C/IVA
Mini gatinho com clip ref. ^a 2425 (T.)	6,50 €	9,76 €	2,24 €	12,00 €
Colar quadrado (T)	6,50 €	9,76 €	2,24 €	12,00 €
Brincos de pendurar (T.)	3,50 €	5,69 €	1,31 €	7,00 €
Anel (Lampicentro)	2,50 €	5,00 €	1,15 €	6,15 €
Rebuçado (Lampicentro)	1,75 €	2,85 €	0,65 €	3,50 €
Catálogo Travessias	1,88 €	2,00 €	-	2,00 €
Catálogo Octávio Botas	2,04 €	2,50 €	-	2,50 €

A Câmara Municipal da Marinha Grande, analisou a proposta e delibera, ao abrigo da alínea e) do n.º 1, do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, através da interpretação por assimilação extensiva, ou, de modo mais lato, no exercício da sua competência para a gestão de instalações, equipamentos, serviços e recursos físicos integrados no património do município, de acordo com a alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a tabela de preços acima indicada e fixar os preços dos bens móveis para venda nos museus municipais nela apresentados.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

34 - ISENÇÃO DE TAXAS DE INGRESSO NOS MUSEUS MUNICIPAIS – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARINHA GRANDE POENTE

197 - Presente pedido de isenção de taxas de ingresso no Museu do Vidro e Museu Joaquim Correia remetido pelo Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente, datado de 12 de março de 2015. A visita será realizada por um grupo de alunos do 1.º ano do curso vocacional básico da Escola Secundária Eng.º Acácio Calazans Duarte, no total de 20 alunos e professores acompanhantes, e encontra-se agendada para 24 de março de 2015.

Considerando que:

- A alínea a), do n.º 3, do artigo 14.º, do regulamento e tabela de taxas e licenças do Município da Marinha Grande define que ficam isentos do pagamento de taxas previstas no regulamento e respetiva tabela os agrupamentos de escolas com sede no concelho da Marinha Grande, relativamente aos atos, factos ou atividades que se destinem diretamente à prossecução dos seus fins estatutários.

Define ainda a alínea a), do n.º 5, que as isenções previstas no artigo 14.º carecem de formalização de pedido fundamentado e acompanhado, designadamente de fotocópia simples de documento comprovativo da natureza jurídica das entidades e da sua finalidade estatutária.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 19/03/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 06

- Em anexo encontra-se o comprovativo de atividade da Autoridade Tributária e Aduaneira no qual se verifica que o Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente está inscrito segundo o CAE 8531 - ENSINOS BÁSICO (3º CICLO) que *compreende as atividades do ensino básico do 3º Ciclo (correspondente à escolarização obrigatória) e do ensino secundário (cursos científico-humanístico), orientadas na preparação dos alunos para o acesso ao ensino superior ou aos ensinos secundário tecnológico, artístico e profissional. Trata-se de um ensino sem preocupação de especialização, com influência na orientação futura dos alunos.*

- O agrupamento tem sede no concelho.

- Com o documento em anexo está comprovada a natureza jurídica e a finalidade do Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente.

A Câmara Municipal da Marinha Grande analisou a proposta, que se insere nas suas competências próprias atribuídas pelo n.º 6 do art.º 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, e delibera isentar, ao abrigo do previsto no art.º 14.º, n.º 3, alínea a) do Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças do Município da Marinha Grande, o Agrupamento de Escolas da Marinha Grande Poente do pagamento da taxas de ingresso no Museu do Vidro e no Museu Joaquim Correia, no dia 24 de março de 2015, para um total de cerca de vinte alunos e professores acompanhantes, da Escola Secundária Eng.º Acácio Calazans Duarte.

A deliberação foi tomada por unanimidade.

35 - REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO CAMARÁRIA Nº 86, DATADA DE 05 DE FEVEREIRO DE 2015, RELATIVA A “ATUALIZAÇÃO DE RENDAS REFERENTES À PRACETA DA LIBERDADE E RUA JÚLIO BRAGA BARROS, AS QUAIS SE ENCONTRAM SOB O REGIME DE RENDA APOIADA, COM ENTRADA EM VIGOR A 01 DE MARÇO DE 2015”

198 - Presente informação n.º 344/2015 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento – D.C.D. - datada de 13 de março, referente à necessidade de revogar a deliberação camarária nº 86, datada de 05 de fevereiro de 2015, relativa à “atualização de rendas referentes à Praceta da Liberdade e Rua Júlio Braga Barros, as quais se encontram sob o regime de renda apoiada, com entrada em vigor a 01 de março de 2015”.

Considerando que, na respetiva minuta de deliberação consta que os contratos de arrendamento se regem pelo regime de renda apoiada;

Considerando que, a partir de 01 de março de 2015, o Decreto-lei nº 166/93 de 7 de maio que regia os contratos de arrendamento, sob o regime de renda apoiada é revogado, entrando em vigor a Lei nº 81/2014 de 19 de dezembro, que estabelece o regime do arrendamento apoiado e regula a atribuição de habitações neste regime;

Considerando que, por lapso, foi entendido que a Lei nº 81/2014 de 19 de dezembro, entraria em vigor em abril, e não em março de 2015;

Considerando que, a Lei nº 81/2014, de 19 de dezembro estabelece o novo regime do arrendamento apoiado para habitação de fim social e revoga a Lei nº 21/2009, de 20 de maio e os Decretos-Leis nº 608/73, de 14 de novembro e 166/93, de 7 de maio;

Considerando, que a referida Lei, entrou em vigor a 1 de março do corrente ano;

A Câmara Municipal delibera revogar a deliberação nº 86, datada de 05 de fevereiro de 2015, relativa à “atualização de rendas referentes à Praceta da Liberdade e Rua Júlio Braga Barros, as quais se encontram sob o regime de renda apoiada, com entrada em vigor a 01 de março de 2015”, com fundamento na sua invalidade, considerando que o cálculo dos valores das rendas não foram efetuados de acordo com o diploma legal com entrada em vigor a 1 de março de 2015 (Lei nº 81/2014 de 19 de dezembro), ao abrigo dos artigos 138.º, n.º1. 1.ª parte, 141.º, 142.º, n.º1, 143.º e 145.º, n.º2, todos do Código do Procedimento Administrativo.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

36 - CORREÇÃO DO VALOR DAS RENDAS QUE SE ENCONTRAM SOB O REGIME DE ARRENDAMENTO APOIADO, CUJA ENTRADA EM VIGOR REPORTA A MARÇO DE 2015

199 - Presente informação nº 348/2015 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento – D.C.D. - datada de 16 de março, referente à necessidade de corrigir os valores das rendas que se encontram sob o regime de arrendamento apoiado, cuja entrada em vigor reporta a março de 2015.

Considerando que, a partir de 01 de março de 2015, o Decreto-lei nº 166/93 de 7 de maio que regia os contratos de arrendamento, sob o regime de renda apoiada é revogado, entrando em vigor a Lei nº 81/2014 de 19 de dezembro, que estabelece o regime do arrendamento apoiado e regula a atribuição de habitações neste regime;

Considerando que, por lapso, foi entendido que a Lei nº 81/2014 de 19 de dezembro, entraria em vigor em abril, e não em março de 2015, pelo que os valores das rendas para entrarem em vigor a partir de março, foram calculados ao abrigo do Decreto-lei nº 166/93 de 7 de Maio e não da legislação em vigor;

Considerando que, a Lei nº 81/2014, de 19 de dezembro estabelece o novo regime do arrendamento apoiado para habitação de fim social e revoga a Lei nº 21/2009, de 20 de maio e os Decretos-Leis nº 608/73, de 14 de novembro e 166/93, de 7 de maio;

Considerando que, o artigo 21.º desta mesma Lei, prevê que: “o valor das rendas em regime do arrendamento apoiado é determinado pela aplicação de uma taxa de esforço ao rendimento mensal corrigido do agregado familiar, sendo a taxa de esforço (T) o valor arredondado à milésima, que resulta da seguinte fórmula:

$T = 0,067 \times (RMC / I.A.S.)$ em que:

T = taxa de esforço

RMC = Rendimento Mensal Corrigido do Agregado Familiar

I.A.S. = indexante dos Apoios Sociais (419,22€)”

Considerando que, nos termos do artigo 3.º da Lei n.º 81/2014 de 19 de dezembro, são apresentadas as definições/ponderações, a ter em conta para o cálculo do valor da renda;

Considerando que, o n.º 2 do artigo 37.º da referida Lei, determina que: “ quando o valor da renda em regime de arrendamento apoiado representar um aumento superior ao dobro da renda anterior, há lugar à sua aplicação faseada nos primeiros três anos, nas seguintes condições:

- a) No primeiro ano, o montante da renda corresponde ao da renda anterior, acrescido de um terço do valor do aumento verificado;
- b) No segundo e terceiro anos, ao montante da renda praticado em cada um dos anos anteriores é acrescido mais um terço do aumento.”

Considerando que, nos termos do n.º 3, do artigo acima mencionado: “ *durante o faseamento não é aplicável o regime de atualização anual da renda.*”

A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso de competência prevista na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o artigo 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, aprovar os valores de renda devidamente corrigidos, com efeitos retroativos a março de 2015, constantes nos quadros seguintes, cujos cálculos se encontram demonstrados nas fichas de atualização de renda em regime de arrendamento apoiado, baseados nos respetivos documentos em anexo.

Praceta da Liberdade

BLOCO	MORADOR	FRAÇÃO	CONTRATO	RENDA 2014	RENDA 2015
7	Paula Cristina R. S. Correia	1º Esq.	01/10/2005	4,85€	4,19€
7	Emília Mª Corado Figueiredo	3º Esq.	01/12/2001	16,96€	4,19€

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 19/03/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 06

Rua Júlio Braga Barros

BLOCO	MORADOR	FRAÇÃO	CONTRATO	RENDA 2014	RENDA 2015
3	M ^a João Correia Sousa	2 ^o B	28/02/2005	4,85€	4,19€
5	José Augusto C. Ornelas	3 ^o D	28/01/2005	46,33€	44,89€

ATUALIZAÇÃO FASEADA

BLOCO	MORADOR	FRAÇÃO	DATA CONTRATO	RENDA/14	RENDA/15	RENDA/16	RENDA/17
2	Olga Conceição J. Oliveira	3 ^o Dto.	30/12/2009	13,97€	21,24€	28,50€	35,77€

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

37 - ATUALIZAÇÃO ANUAL DE RENDAS SOB O REGIME DE ARRENDAMENTO APOIADO PARA ENTRADA EM VIGOR A PARTIR DE ABRIL DE 2015.

200 - Presente informação n.º 193/2015 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento – D.C.D.- datada de 9 de março, referente à atualização anual de algumas rendas de habitação social, localizadas na Praceta da Liberdade, Rua Professor Melo Vieira, Rua Adriano M. Nobre, Rua Bairro do Camarnal e Rua da Charnequinha.

Considerando que, a Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro estabelece o novo regime do arrendamento apoiado para habitação e revoga a Lei n.º 21/2009, de 20 de maio e os Decretos-Leis n.º 608/73, de 14 de novembro e 166/93, de 7 de maio;

Considerando, que a referida Lei, entrou em vigor a 1 de março do corrente ano;

Considerando que, o valor das rendas em regime do arrendamento apoiado é determinado pela aplicação de uma taxa de esforço ao rendimento mensal corrigido do agregado familiar, sendo a taxa de esforço (T) o valor arredondado à milésima, que resulta da seguinte fórmula:

$T = 0,067 \times (RMC / I.A.S.)$ em que:

T= taxa de esforço

RMC = Rendimento Mensal Corrigido do Agregado Familiar

I.A.S. = indexante dos Apoios Sociais (419,22€)

Considerando que, o n.º 2 do artigo 37.º da referida Lei, determina que: “ *quando o valor da renda em regime de arrendamento apoiado representar um aumento superior ao dobro da renda anterior, há lugar à sua aplicação faseada nos primeiros três anos, nas seguintes condições:*

- a) No primeiro ano, o montante da renda corresponde ao da renda anterior, acrescido de um terço do valor do aumento verificado;*
- b) No segundo e terceiro anos, ao montante da renda praticado em cada um dos anos anteriores é acrescido mais um terço do aumento.”*

Considerando que, nos termos do n.º 3, do artigo acima mencionado: “ *durante o faseamento não é aplicável o regime de atualização anual da renda.*”

Considerando, por fim, os cálculos que se encontram demonstrados nas fichas de atualização de renda e que têm por base os documentos facultados pelos inquilinos.

A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso de competência prevista na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o artigo 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, proceder em conformidade, sendo os valores de renda a aplicar, a partir de abril de 2015, os constantes nos quadros seguintes:

A PARTIR DE ABRIL:

Rua da Charnequinha

BLOCO	MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/14	RENTA/15
44	Carla Sofia P. Jesus	1.º Dto	31/01/2007	28,90€	35,51€

Praceta da Liberdade

BLOCO	MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/14	RENTA/15
4	Laurinda P. Rodrigues	1.º Esq.º	22/03/2012	20,09€	32,29€

Rua Adriano M. Nobre

MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/14	RENTA/15
Maria Adelina A. Veiga	85	04/11/2004	4,85€	4,19€

Rua Professor Melo Vieira

BLOCO	MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/14	RENTA/15
9	Margarida Cardoso	R/C Dto	28/03/2006	9,75€	16,69€

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 19/03/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 06

Rua Bairro do Camarnal

ATUALIZAÇÃO FASEADA

MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/14	RENTA/15	RENTA/16	RENTA/17
Sandra Catarina Galo	43	19/03/2014	20,73€	30,15€	39,58€	49,00€

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

38 - RESUMO DE TESOURARIA

Presente resumo da Tesouraria Municipal, referente ao dia dezoito de março de dois mil e quinze, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **"Total de Disponibilidades": 5.557.627,57 €** (cinco milhões, quinhentos e cinquenta e sete mil, seiscentos e vinte e sete euros e cinquenta e sete cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

39 - REQ. N. 48/15, DATADO DE 13/01/2015 – PC N.º 15/2015, DATADO DE 13/01/2015 – MARIA DO CASTELO TOSCANO RAMALHO.

201 - Presente requerimento registado sob o n.º 48/15, datado de 13/01/2015, apresentado por **MARIA DO CASTELO TOSCANO RAMALHO**, com o NIF 150703678, residente em Rua do Lameiro, n.º 3, R/C Dt.º, freguesia e concelho de Marinha Grande, é solicitada uma vistoria ao seu imóvel, face à alegada existência de infiltrações provenientes da fração correspondente ao primeiro andar direito, de modo a que possam ser aferidas as condições de habitabilidade da sua fração e a eventual existência de situações reais de perigo eminente.

Presente Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 22/01/2015, pela qual foi determinada a realização de vistoria prévia ao imóvel em causa, nos termos do previsto no art. 90.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, para verificação das condições que possam, eventualmente, apresentar riscos de segurança, higiene e salubridade, bem como proceder à identificação das adequadas medidas de correção/eliminação de tais riscos e o prazo em que as mesmas devam ser implementadas, e, bem assim, as respostas aos quesitos que sejam eventualmente formuladas pelo proprietário.

Presente Auto de Vistoria datado de 10/03/2015, referente à vistoria realizada em 02/02/2015, e 26/02/2015, a enquadrar o estado em que se encontra o referido imóvel.

Considerando que:

- 1 – Apesar de ambos os proprietários das frações objeto da vistoria terem sido notificados da data da respetiva realização, 02/02/2015, neste dia apenas esteve presente a proprietária da fração correspondente ao rés-do-chão direito, por impossibilidade de presença do proprietário da fração correspondente ao primeiro andar direito do prédio sito na Rua do Lameiro, n.º 3, na data inicialmente agendada;
- 2 - A comissão de vistorias apenas teve conhecimento da impossibilidade da presença do proprietário da fração correspondente ao primeiro andar direito do prédio sito na Rua do Lameiro, n.º 3, no dia da realização da vistoria;
- 3 – Na comunicação da impossibilidade da presença do proprietário da fração correspondente ao primeiro andar direito do prédio sito na Rua do Lameiro, n.º 3, no dia da realização da vistoria, efetuado pelo seu advogado, era mencionado o facto do mesmo não prescindir de estar presente no local;
- 4 – A data da segunda vistoria não foi definida por deliberação de câmara, nem foi objeto de notificação a ambos os proprietários das frações alvo daquela, pelo que estes estiveram presentes em momentos distintos;
- 5 – A vistoria incide sobre duas frações confinantes, sendo que o estado de uma poderá depender de problemas na outra;
- 6 – A lei determina que o proprietário da fração objeto da vistoria tem a possibilidade de indicar um perito para intervir na realização da vistoria e formular os quesitos que entenda pertinentes, aos quais os técnicos nomeados pela Câmara devem responder – n.º 3 do artigo 90.º do RJUE;
- 7 – A ambos os proprietários terá de ser dada a possibilidade de apresentação de quesitos técnicos no âmbito da vistoria às frações em causa;
- 8 - O resultado da vistoria terá implicações na esfera jurídica dos particulares, pelo que é necessário que os proprietários das frações confinantes estejam presentes em ambos os locais em que a vistoria se realiza, de modo a que não seja violado o princípio da confiança dos particulares;

Por forma a sanar incumprimentos dos requisitos que prejudicassem a validade do ato administrativo, a Câmara Municipal delibera:

Nos termos do n.º 1 do artigo 90.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação – RJUE, DETERMINAR A REALIZAÇÃO DE NOVA VISTORIA ao imóvel sito em Rua do Lameiro, n.º 3, R/C. Dt.º, propriedade de MARIA DO CASTELO TOSCANO RAMALHO, com o NIF 150703678, residente em Rua do Lameiro, n.º 3, R/C Dt.º, freguesia e concelho de Marinha Grande, e à fração confinante, correspondente ao primeiro andar direito do mencionado prédio, propriedade de SILVINO DE JESUS ROSA, alegadamente causadora das infiltrações na fração objeto da reclamação, para verificação das condições que possam, eventualmente, apresentar riscos de segurança, higiene e salubridade, bem como proceder à identificação das adequadas medidas de correção/eliminação de tais riscos e o prazo em que as mesmas devam ser implementadas, e, bem assim, as respostas aos quesitos que sejam eventualmente formuladas pelos proprietários.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 19/03/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 06

DETERMINAR que a vistoria seja realizada no dia 15/04/2015, pelas 10h00, mantendo-se a composição da mesma definida na reunião de 22/01/2015.

INFORMAR a requerente, proprietária do imóvel, bem como o proprietário da fração confinante, que, nos termos do n.º 3 do art.º 90 do RJUE, até à véspera da vistoria, poderão indicar um perito para intervir na realização da vistoria e formular quesitos a que deverão responder os técnicos nomeados.

NOTIFICAR ambos os munícipes para se munirem de relatório técnicos relativos ao estado de funcionamento das redes de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais, contemplando as eventuais intervenções necessárias a realizar para resolução de problemas identificados, os quais devem ser apresentados à comissão de vistorias.

NOTIFICAR a empresa responsável pela administração de condomínio a estar presente na vistoria, uma vez que poderá ser necessária a intervenção em zonas comuns do edifício.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

4º - PROGRAMA DE APOIO AO INVESTIMENTO INDUSTRIAL NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE: 2015

REQUERENTE: PLASTIMAGO-TRANSFORMADORA DE PLÁSTICOS LDA

202 - Presente pedido, datado de 09-03-2015, apresentado pela sociedade PLASTIMAGO-TRANSFORMADORA DE PLÁSTICOS LDA, titular do processo de licenciamento nº 288/14, referente à sujeição da operação urbanística (ampliação de edifício destinado a indústria), ao quadro de benefícios previstos no Programa de Apoio ao Investimento Industrial no Concelho da Marinha Grande: 2015, que se dá por reproduzido.

Presente documento do Instituto da Segurança Social, datado de 09-03-2015.

Presente minuta de contrato de apoio ao investimento industrial.

Num momento em que se registam inúmeras dificuldades económicas e sociais e em que, cada vez mais, é importante incentivar a criação de postos de trabalho, não pode a Câmara Municipal da Marinha Grande ficar indiferente à realidade, cabendo-lhe (nas vertentes em que pode intervir) adotar medidas que facilitem e promovam o investimento privado.

O programa de apoio ao investimento industrial visa, no âmbito das atribuições municipais, incentivar os empreendedores a investirem no concelho da Marinha Grande e, simultaneamente, a criarem emprego.

Nestes termos, e apesar do que isso significa em termos de redução de cobertura de outras atividades, é prioritária a implementação do Programa de Apoio ao Investimento Industrial no concelho da Marinha Grande, que concede aos beneficiários a redução ou isenção de taxas devidas pela realização de operações urbanísticas.

A redução ou isenção de taxas devidas pela realização de operações urbanísticas dirige-se aos investimentos de natureza industrial e é graduada em função do número de postos de trabalho a criar.

O artigo 119.º, n.º 3, alínea f), do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, concede à Câmara Municipal a competência para deliberar sobre a isenção das taxas devidas pela realização de operações urbanísticas a indústrias que sejam reconhecidas como de especial interesse social e económico.

A gravidade da situação económica nacional é relatada diariamente em todos os meios de comunicação, sucedendo-se os anos de recessão uns atrás dos outros e agravando-se a cada dia a situação das empresas que ainda resistem e consequentemente dos cidadãos, sejam trabalhadores, reformados ou desempregados.

O desemprego assume já um valor de tal modo significativo e atinge um grupo tão elevado de pessoas que não podem deixar de assumir relevo especial todos os investimentos geradores de emprego.

A situação social reflete necessariamente o estado da economia. As dificuldades sentidas pelas famílias são crescentes. O regresso ao mercado de trabalho daqueles que hoje estão no desemprego e o ingresso nesse mercado dos jovens, qualificados ou não, são fundamentais para a paz social.

Adequa-se claramente aos conceitos previstos naquela norma regulamentar a concessão de benefícios, que visam fomentar, na medida do possível, a criação de emprego e o desenvolvimento das atuais indústrias, assim como a instalação de novas unidades.

O especial interesse social e económico das unidades industriais é mensurado diretamente através da criação de postos de trabalho e indiretamente em função do valor global do investimento.

No caso em apreço, a entidade requerente assumiu o compromisso de criar 16 postos de trabalho na unidade industrial objeto de licenciamento. Encontra-se, assim, preenchido o pressuposto de aplicação do Programa de Apoio ao Investimento Industrial. Nestes termos, o pedido está enquadrado no patamar que confere isenção das taxas urbanísticas identificadas no anexo que integra a minuta do contrato a celebrar.

A Câmara Municipal delibera, em conformidade com as regras constantes do Programa de Apoio ao Investimento Industrial de 2015 e com o artigo 119.º, n.º 3, alínea f), do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, aprovar a inclusão da operação urbanística (licenciamento da ampliação de edifício destinado a indústria, sito na Estrada de Leiria n.º 208, Embra, freguesia e concelho da Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião camarária de 22-12-2014), em nome de PLASTIMAGO – TRANSFORMADORA DE PLÁSTICOS, LDA com o NIPC 501293779, com sede na Rua Indústria, Cumeiras, Embra, freguesia e concelho da Marinha Grande, o âmbito do citado Programa de Apoio e consequentemente conceder-lhe a isenção das taxas urbanísticas, nos exatos termos constantes da minuta de contrato que igualmente aprova, se dá por integralmente reproduzida e fica anexa (Anexo 5).

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
19/03/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 06

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

203 - Por último, a Câmara delibera por unanimidade aprovar esta ata em minuta, nos termos e para os efeitos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião eram 12:55 horas.

No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O Presidente

A Secretária da reunião